

Abril a Junho de 1909

---

**BOLETIM DA REAL ASSOCIAÇÃO**

DOS

**ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES**

---

**NOUDAR**

Num dos pontos mais orientaes do territorio portuguez, para lá do Guadiana entre as ribeiras *da Murtiga* e *de Ardilla*, jaz, numa elevação sensível do terreno, defrontando como sentinella adormecida a raia de Espanha, uma ruina notavel da arquitetura militar do seculo XIV. É Noudar!

Antiga villa e praça forte, despojada dos seus velhos privilegios e isenções pelos acasos do destino, flagelada pelas intemperies dos seculos e pelo desleixo dos homens, assediada mais pelos vandalas indigenas do que pelas hostes castelhanas, Noudar resume-se hoje nuns lanços de muralha esboroada onde avulta, alterosa ainda embora inofensiva, a vetusta torre de menagem, vasta mole de pedra, que os raios das trovoadas alemtejanas têm fendido aos poucos e cuja notavel espessura causa a admiração dos que, no trafego da vida, cruzam aquellas paragens.

Apezar de tudo a antiga fortaleza medieval vista do sudoeste, tal como a fotografia junta nol-a apresenta, dá-nos a nitida impressão de uma villa guerreira do seculo XIV, dominando com as suas torres e cubelos o solo largamente ondulado do Alemtejo; e parece-nos, cerrando os olhos á nitidez da estampa e abrindo-os para a tela interior da nossa imaginativa, descobrir ainda a torre acoruchada da igreja sobresaindo á muralha, o ameço dos terraços aguerridos e o estandarte real das quinás desfraldado sobre a torre de menagem.

De todas essas glorias e grandezas de outrora, pouco resta; veja-

mos entretanto alguma coisa desse passado antes de ir notar e comentar o estado actual da ruina.

\*  
\* \*

A villa de Noudar, Nodar, ou Noudall, pois destas três maneiras a tenho visto mencionada graficamente, (1) entrou na corôa de Portugal, juntamente com outras villas Alemtejanas, pela doação feita á rainha D. Brites, segunda mulher de D. Afonço III, por seu pae D. Afonço X, o *sabio*, rei de Castella.

A carta de doação, datada de 4 de março de 1283, é documento interessantissimo. Nella o monárca castelhano, deixa ressumar, bem claramente, a sua predileção por esta filha e a magua que o assoberbava por ver em luta aberta contra elle, seu filho D. Sancho, facto este que o doador attribue ao mau procedimento e errados conselhos dos seus apaniguados. (2)

---

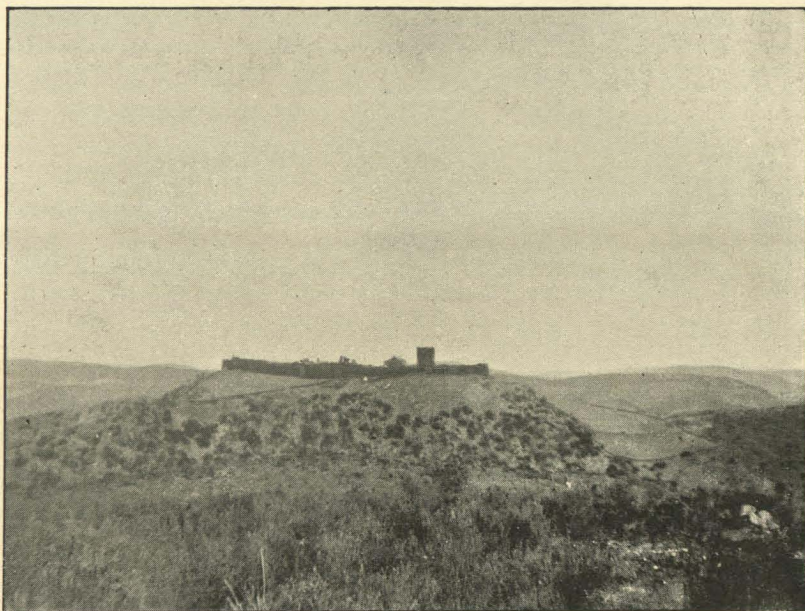
(1) Pinho Leal deriva o termo Noudar, ou antes Nodar, da junção do verbo arabe *nua* (procurar, achar, etc.) e do substantivo *dar* (casa, habitação) o que na sua opinião quer dizer *achar casa*. No norte, diz o mesmo, houve, em tempo, uma quinta de Noudar, que em 1211 foi doada ao mosteiro de S. João de Alpendurada. No livro 2.º dos Reis, a fl. 25 (Torre do Tombo) encontrei copia de um documento dando posse a el-rei D. Dinis do reguengo de *Noudar*, no concelho de Alafões.

Em Espanha *Nodal* é apelido. No seculo XVII houve, em Pontevedra, dois irmãos João e Bartholomeu Garcia de Nodal, que se notabilizaram como navegadores.

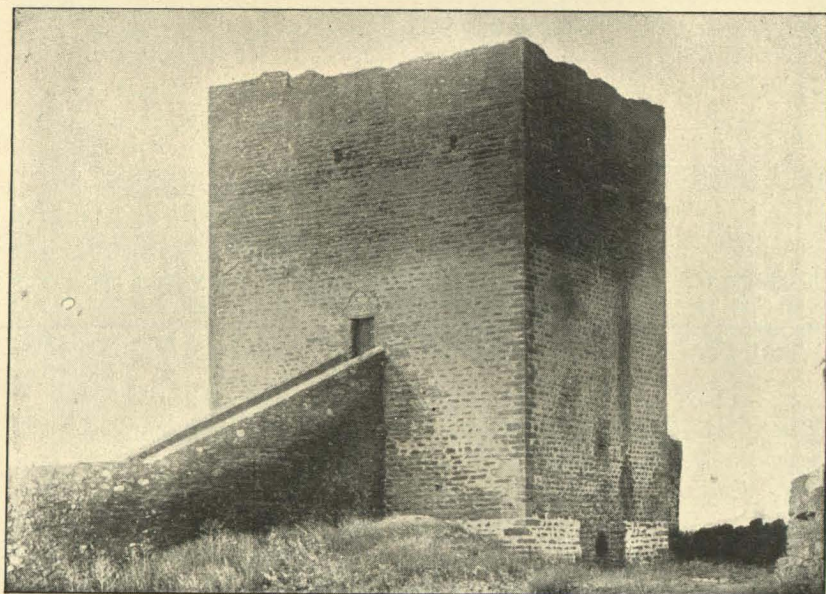
A etimologia apontada por Pinho Leal não me parece aceitavel, *Nuadar* nunca poderia dar *Noudar*. Para tal transformação se ter operado seria preciso que da junção dos dois vocabulos arabes resultasse o composto *Naudar*. Póde admitir-se á palavra a origem arabe, tanto mais que a existencia de um reguengo deste nome em Alafões (que é termo filiado nessa lingua) pode presupor isso mesmo. A etimologia enjendrada desta maneira é que é muito duvidosa.

A tradição oral conserva ainda vestigios de outra etimologia. É voz corrente nos arredores da antiga villa, ser tal nome derivado de *nom* (fôrma arcaica de não) e do verbo *dar*, e attribue a sua origem á frase *nom dar* exclamada pelos da Fortaleza em reposta aos que lhe pediam asilo. Estes, já se vê, eram moiros, porque o povo nunca se esquece de vestir roupagens musulmanas ás lendas que fabrica.

(2) Livro 1.º dos Reis, fl. 113 v. Doação á Rainha D. Brites das villas de Moura, Serpa, Noudar e Mourão com seus castellos e com todos os seus termos — Na Torre ão Tombo —.



Vista tirada do S. O do castello. Vê-se, á esquerda da torre, a igreja.



Torre de menagem.

Falecido o *Bolonhês* retirou-se D. Brites para Castella e como filha muito dedicada, que era, passou a viver na companhia do pae, que estava sendo despojado dos seus estados pelo infante rebelde, e a auxiliar-o politicamente nos seus direitos ao trôno usurpado. Um desses auxilios foi o facultar aos partidarios do velho rei a proteção das muralhas dos seus castellos na raia de Portugal (Serpa, Moura e Noudar) e a cooperação eficaz dos dinheiros das suas rendas e dos seus homens de armas. Reclamou D. Sancho, ao filho de Afonço III, contra essa infração de neutralidade medieva, já então falecido D. Afonço, o *Sabio*. Passava-se isto no anno de 1284. D. Dinis respondeu ao atrabiliario e ambicioso infante marchando contra elle e sitiando-o em Arronches, com tal força de armas que D. Sancho viu-se obrigado a retirar para Badajoz.

Só em 1295 acabaram estas lutas a que D. Dinis, mais propenso á paz, em vão se quis eximir. O tratado celebrado na Guarda, a 6 de setembro desse anno, entre el-rei e o infante D. Henrique como representante do rei de Castella, iniciou esse periodo pacifico que tão prospero foi para Portugal.

Noudar, que fôra usurpada pelas armas do infante e que vira novamente asteado nas suas ameias o pendão castelhano, voltou por esse tratado para a corôa portugueza, juntamente com as villas de Serpa e Moura que o almirante de Portugal D. Nuno Fernandes Cogominho recebeu das mãos dos usurpadores. (1)

Em compensação, dois annos mais tarde, cediamos, por nossa vez, a Castella diferentes villas. Uma dellas foi Olivença que mais tarde nos foi entregue para de novo, em 1801, por um tratado indigno, voltar para o vizinho reino.

\*  
\* \*

O rei lavrador começando então a cuidar de povoar e fortalecer os seus estados, não esqueceu Noudar. Logo nesse anno, em 16 de dezembro, estando de passagem em Beja, concedeu-lhe foral proprio dando-lhe ainda, no de Evora, outras honras e privilegios, (2) sendo aquelle confirmado em tudo pelo foral novo que D. Manuel lhe deu, em Lisbôa, em 17 de outubro de 1513. (3)

(1) Monarchia Lusitana, Parte 5.ª livro 3.º cap.º 28.

(2) Livro 2.º da chancelaria de El-Rei D. Dinis, fl. 117.

(3) Livro dos Foraes novos do Alemtejo, fl. 63.

Por outra carta dada em Santarem, em 16 de janeiro de 1308, acrescentou ainda D. Dinis ás suas isenções a faculdade de não poderem os moradores da villa ser penhorados ou constrangidos por dividas, nas suas armas, cavallos e roupas de vestir. (1)

Em 25 de novembro de 1303, foi Noudar doada á ordem de Aviz, na pessoa do mestre D. Frei Lourenço Afonço, com expressa determinação de ahí ser construido, pela ordem, um forte castello (2) e mais tarde, por carta de 16 de janeiro de 1308, dada em Santarem, fez-lhe mercê ainda, o mesmo soberano, das ltuosas de seus vassallos e das colheitas das comendas da ordem, para a factura da fortaleza. (3)

Três mēses decorridos, poz-se a pedra fundamental, no primeiro de abril desse anno. Assim o diz a lapide ao diante transcrita.

\*  
\* \*  
\*

Segundo Duarte de Armas, autor do precioso livro que se guarda na Torre do Tombo, onde estão desenhadas todas as fortalezas fronteiriças em tempo de D. Manuel, tinha a fortaleza cinco torres e dois cubelos.

Os dois desenhos que traz de Noudar, embora falhos de perspectiva e de proporção, conferem, dando-se-lhe esse devido desconto, com a fotografia que aqui vai junta e a que já me referi. Da planta topografica, inserta no mesmo volume, tiram-se alguns dados sem duvida interessantes.

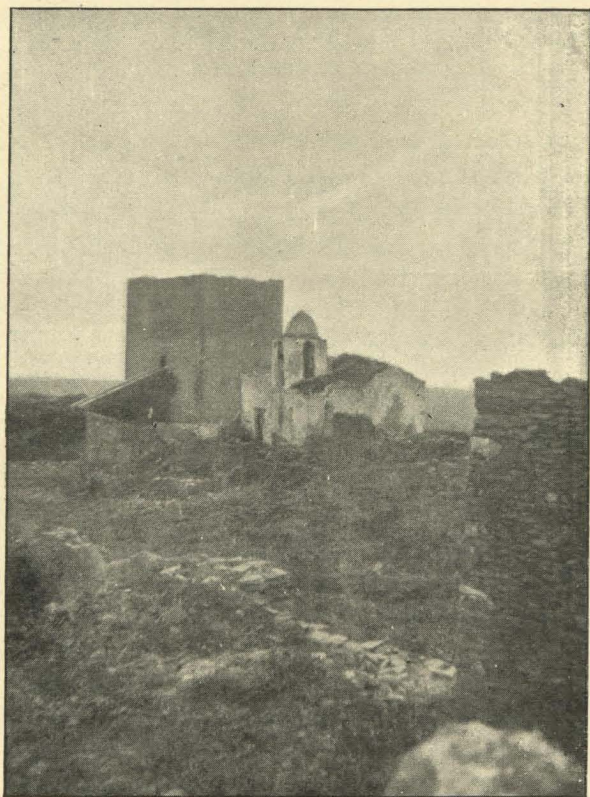
A muralha do castello tinha sete varas de altura, assim como a torre do sudoeste que ficava rés do muro. A de menagem duplicava essa altura; as outras três orçavam por oito varas, estando a do norte, ao tempo da factura do desenho, já desmoronada. No pano da muralha do lado sul onde sobresaíam dois cubelos, ficavam os aposentamentos que eram *bóos* no dizer de Duarte de Armas.

Dentro da cerca havia duas cisternas, uma das quaes tinha quatro varas de vão. «Da torre de menagem diz o mesmo: *Esta torre he abo-*

(1) Livro 3.º da chancelaria de D. Dinis, fl. 61 v. e 62.

(2) Na carta, copiada na chancelaria respectiva a fl 47 (Livro 3.º) diz-se: «e outrossi q̄ leanté esse castello de bõo muro e façã hy hũm alcaçar forte por q̄ mãdo firmemête e deffendo q̄ nẽ gũm nõ sera ousado de lhes embarçr»... etc.

(3) No livro 3.º da mesma chancelaria, fl. 61 v. e 62 lê-se: «E esta mercê vos fazemos pera meterdes esto no lauor de Noudar e para seu bastimêto «desse castello».



Torre e igreja. Vista tirada do extremo Norte da muralha.

«badada e tem em cima aposentamêto bóo e he de altura de 14 v. e 1. p. e a cisterna tem de vão 4 v. 2 p. com muita agoa». (1)

\* \* \*

Em 1510 já ahí andavam obras, como se conclue de uma carta ou relatorio enviado a el-rei D. Manuel em 20 de fevereiro desse anno, por um tal Manuel Velho, encarregado de visitar as obras dos castellos de Portel, Moura e Mourão.

Assim fala o engenheiro quinhentista:

«Outro sy Senhor, o mestre houve hu alvara de vossalteza porque lhe fez mercê das terças de todas suas villas; este año andou hum criado seu pelo Campo Dourique e levou as terças que achou do tempo do alvara pera qua e diz que as levou pera as obras de Noudall... Este alvara he emquanto for vossa merce e porque vossa Alteza diz no regimento deste ofycio que quando taes alvarás vir lho notifique, lho sprevo e parece, Senhor, que pois Mertola teve necessidade de obras que tambem he seu que aly se devyam de dispender as ditas terças e nom em Noudall e pera vossa Alteza ver a forma do alvará lhe envio aqui o trelado... (2)

\* \* \*

Vejamos o estado e a importancia da villa no seculo XVI; em 1532.

No «Livro das Terras das Ordres—«Povoação de Entre Tejo e Guadiana», lê-se o seguinte, com referencia a Noudar:

«Item esta villa he do mestrado d'Aviz. E he comendador dela o marques de Torres novas; e alcaide Luis Damtas. A jurdiçam he do mestre. E he esta villa çercada e com castello. As remdas tem ell Rey noso Senhor, as sepas; e a mais renda tem o mestre, dizimos e hervegens. E que nam entre numca nesta villa Provedor dos regidos. E ten hua fregesyia. Item, tem esta villa dentro da çerca seys moradores:—6.

Termo—Item, tem hua aldeia que se chama os Barramcos, hua legua da villa ao sueste, que tem 73 moradores, dos quaes sam nove

(1) Livro de Duarte de Armas.

(2) Esta carta vem impressa no 1.º volume do Dicionario de Engenheiros e Arquitetos, do sr. Sousa Viterbo—a paginas 55.

*viuvas e 2 crelegôs; e os mais delles sam castelhanos e nella estam os ofçiaes da villa: 73. Soma todos os moradores desta villa e termo, a saber: na villa 6; e no termo 73: 79.*

Seguem-se depois, no texto, as confrontações com os povoados proximos (Valema, Oliva, Xerez, Amzinha—Sola, Comtenda, e Arouche) e continua nos seguintes termos: . . . «*e estes de Noudar nam podera comer nesta terra se nam viverem demtro na villa*».

Vem seguidamente as confrontações com o termo e castello de Moura e termina assim:

«*Estaa esta villa amtre duas ribeiras, hua da bamda do norte que se chama Ardilla, e outra do sull que se chama Murtiga; e passam ambas da villa hũ tiro de pedra ao pée da villa; e ajuntam-se ambas mea legoa da villa e vam ter junto de Moura entrar em Odiana*». (1)

Por esta nota se vê que os bons desejos de D. Dinis não tiveram larga realisação. Noudar mandada povoar em 1308, tinha, duzentos e vinte e quatro annos depois, 79 moradores. Ainda hoje o moderno e laborioso concelho de Barrancos é dos menos, senão o menos povoado do continente. A ultima estatistica dá-lha 2647 habitantes crescendo ainda a circumstancia de serem muitos delles hespanhoes, tal como em 1532.

\*  
\* \*  
\*

A igreja paroquial de Noudar, cujas ruinas ainda hoje se veem na cêrca das muralhas arruidas, teve duas invocações. No seculo XVI era chamada de «*Nossa Senhora de Entre Ambas as Aguas*», designação esta, sem duvida, derivada das duas ribeiras que abraçavam e abraçam o oiteiro sobre o qual se ergue a fortaleza. Nos fins do seculo XVII era a invocação de «*Nossa Senhora do Desterro*». Neste tempo tinha 400 vizinhos, casa da Misericordia com hospital

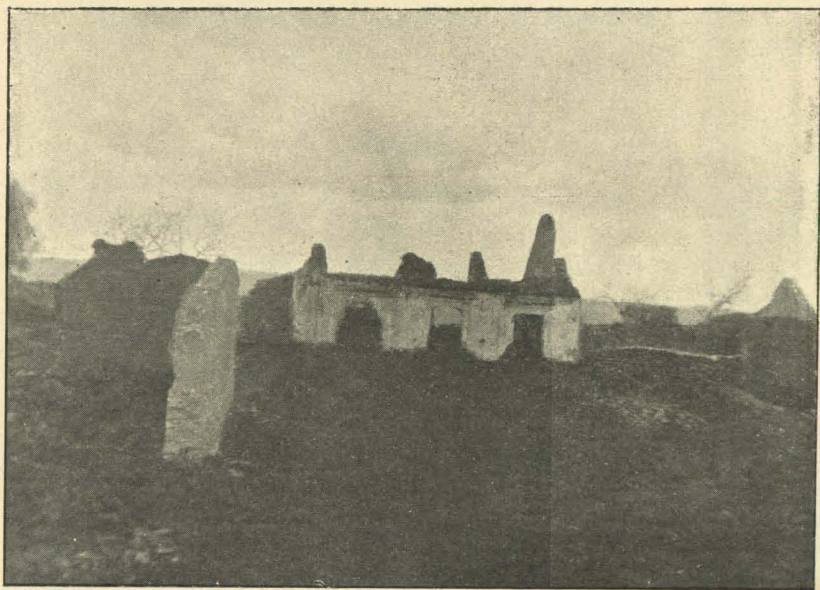
---

(1) Livro do Numero dos moradores e confrontações de termos com outras declarações, das villas e logares dos Mestrados de Santiago e de Avis e mestrado de Christos e priolado de Crato, da comarca d'Antre Tejo e Odiana, que el Rey noso Senhor mandou fazer. E se começou a vimte de Janeyro de mil quinhentos e trymta e dous anos; e se acabou a çimço dabril do dito ano, por Nuno Alvarez seu moço da Camara.

Estas notas foram publicadas no 4.º volume do Arquivo Historico, do anno de 1906.



Igreja.



Casa do ultimo governador.  
Está em ruínas, mas é a unica que tem as paredes e a chaminé ainda de pé.

e três ermidas Da parochia era prelado no espirital o Dom Prior-mór de Aviz. (1)

Diferentes cartas de apresentação de priores que consultei, por copias, na Torre do Tombo, mencionam durante todo o seculo XVI e principios do seguinte a primitiva invocação, apropriada e pitoresca. Por ellas pude apurar que o mais antigo pastor do tão minguido rebanho foi o Licenciado Bartholomeu Rodrigues, apresentado por carta de 29 de novembro de 1557, e o mais moderno, da serie dos vinte e quatro priores, cujas cartas ali estão registadas, Frei Ignacio José da Costa Inverno, apresentado em 1769. (2)

A vizinha aldeia de Barrancos tinha um templo dedicado a Nossa Senhora da Conceição e 350 visinhos. Isto em 1700 pouco mais ou menos. Entre as edificações profanas avultava unicamente o palacio dos Condes de Linhares que foram comendadores de Barrancos e Noudar até 1610, data em que taes comendas passaram para a casa Cadaval. (3) Do palacio nada resta hoje a não ser uma portada, que diz a tradição ter sido a da ermida do solar. Dá actualmente ingresso a uma estrebaria.

\*  
\* \*

Em 1740 Noudar tinha sómente 200 fogos. De então para cá foi decaindo a passos agigantados a ponto de nem sequer se achar menção della nas memorias mais minuciosas. Em 1825 ainda logrei topar com um papel do Dezembargo do Paço, citando os moradores da *villa*. (4) Depois disto a documentação cala-se num silencio desolador. Noudar entrára na agonia.

Destituída dos seus fóros, despojada das suas regalias, passou a ser tratada como empecilho e finalmente o velho castello de D. Dinis que presenceára o tropear das hostes de Sancho, o Bravo, em 1295; que guardava como sentinella vigilante esse extremo perdido da raia em tempo de D. Fernando e do mestre de Aviz; que assistiu e quiçá

(1) Corografia do Padre Carvalho da Costa—volume 3.º Comarca de Aviz—

(2) Chancelaria da ordem de Aviz—na Torre do Tombo.

(3) Estas comendas foram primitivamente de D. Jorge, duque de Aveiro, (em 1577) passando para a casa Linhares em 1590 (carta de 17 de abril deste anno—Chancelaria de Aviz).

(4)—Processo do desembargo do Paço—(Alemtejo e Algarve) Maço 730 documento n.º 2.

entrou, glorificadô pelo sibilar da mosquetaria, nas guerras da restauração, foi vendido indignamente pelo estado, em 1893, que não viu nella a possibilidade de tres votos de eleição sertaneja, pedra de toque da valorisação dos homens e das coisas neste pais açambarcado pelas vaidades e caprichos dos homens.

Comprou a ruina, o sr. João Barroso Domingues que, mais zeloso do que o estado, procedeu a bemfeitorias, dispendendo bastante na sua conservação. Uma dessas bemfeitorias, que infelizmente se não concluiu, foi a factura de um largo portão de carvalho, chapeado de aço, que o sr. Domingues destinava para a porta da torre de menagem. Outra obra meritoria praticada por este mesmo cavalheiro, foi a arrecadação, em logar seguro, dentro de uma dependencia da herdade, das lapides onde se mandara gravar a inscripção documental da fundação do castello, e que se achavam expostas aos desrespeitos dos ignorantes e dos mal intencionados.

As inscripções aludidas são as seguintes:

Ë : M̃CC̃C̃ : XLVI : ANOS : PR  
 IMO DIA : DABIL : DÕ : LO  
 VRÊCO : AFONSO : ME E  
 STRE : DAVIS : FÕDOV  
 ESTE : CASTELO : DE NO  
 V DAR : E POBROV : AVILA  
 PERA : DÕ : DINIS : REI DE  
 PORTUGAL : NESE : TËPO

Na outra pedra, muito curiosa pelas insignias nella lavradas, (o escudo das quinas, a cruz de Aviz e uma vieira) lê-se:

DËUS : AIRAS : A  
 FÕSO : COËDAD  
 OR : MOOR : DAVI  
 S : ? : VAAS · D . . .

Ambas às pedras estão mutiladas. Nesta ultima, porem, está pre-



Lapides comemorativas da fundação do castello de Noudar, que se achavam sobre a porta principal da torre de menagem.

judicada a inscripção tornando-se impossivel ler as duas ultimas linhas. (1)

\*  
\* \*

A herdade da Coutadinha, em cujo ambito se incluem as ruinas de Noudar, passou por compra, das mãos do benemerito João Barroso Domingues para as do sr. José Augusto Fialho e Castro, lavrador e proprietario no concelho de Barrancos, que igualmente se tem esforçado por conservar esse curioso espécime das fortalezas do decimo quarto seculo.

Dentro da muralha, afora a torre de menagem, veem-se ainda as ruinas da igreja de Nossa Senhora do Desterro ou de Entre Ambas as Aguas, e as da casa que, segundo a tradição, pertenceu ao ultimo governador de Noudar onde ainda se notam, n'um resto de parede, três portadas de verga direita.

Es revi e disse o que pude apurar do castello raiano. Despeço-me pois delle que, firme em seus alicerces poderosos, domina ainda como memoria um vasto territorio, mas escutando em vez dos gritos de guerra e da borborinha dos combates, a voz pacifica dos pastores echoando na charneca alemtejana. (2)

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA.

---

(1) As inscripções são de facil leitura. Na primeira leio: «*Em mil trescentos e quarenta e seis annos (era de Cesar) primeiro (primo) dia de abril Dom Lourenço Afonso, mestre de Aviz fundou este castello de Noudar e povoou a villa para D. Dinis rei de Portugal nesse tempo.* Na segunda; mutilada e incompleta lê-se:

«*.. Deus Aires Afonso comendador mor de Aviz ... vas... d..* » O resto da inscripção não consegui decifrar.

(2) As fotografias que acompanham esta noticia foram tiradas pelo amador sr. Francisco Vasques de Sousa, de Barrancos, e obtidas por intermedio do sr. José Claudino Vasques Machado que amavelmente se prestou a cooperar, com a sua boa vontade, na documentação iconografica deste modesto trabalho.

# OS MONUMENTOS (\*)

(Continuado do n.º antecedente)

Guimarães, que se gloria de ter sido a primeira côrte do fundador da monarchia; que se ufana de outros titulos, que não menos a ennobrecem na historia da antiguidade, não tem sabido respeitar os seus monumentos. A sua igreja de Nossa Senhora d'Oliveira pôde considerar-se um monumento da batalha de Aljubarrota, não só em attenção ao voto, que el-rei D. João I fez antes da victoria, para que a Virgem lh'a concedesse, e que felizmente cumpriu, de ir a pé em romaria áquelle sanctuario, e ahi fazer-se pesar a prata para lh'a offerer em vasos sagrados e alfaias para o seu serviço, mas tambem, e principalmente, porque ainda em desempenho da sua gratidão por aquelle grande beneficio, procedeu a uma reconstrucção completa do templo. E attendendo ao subido grau de perfeição a que chegaram, nessa epocha, em Portugal a architectura e a esculptura, a igreja de Nossa Senhora da Oliveira era, além de um padrão historico, um monumento artistico.

Pois estas considerações, tão ponderosas, não fizeram peso algum no animo dos reedificadores, que, com o fim de tornar a igreja mais alegre e mais garrida, rasgaram os arcos ogivaes das naves em arcos mais elevados de volta redonda; emplastaram de estuques e douraduras as columnas e toda a mais cantaria do interior do templo, despojando-o de todas as feições que podessem dar testemunho da sua ancianidade e gloriosa origem! E commetteu-se este attentado annos depois de ter raiado em Portugal o sol da liberdade!

É de mais moderna data outro acto de barbaridade praticado na mesma cidade pela camara municipal.

Guimarães teve duas cêrcas de muros: a primeira foi obra do conde D. Henrique de Borgonha, ou, talvez, anterior, e por elle sómente reconstruida e melhorada: a segunda, abrangendo muito maior ambito, foi começada por el-rei D. Diniz, e continuada por seu filho, el-rei D. Affonso IV, que a concluiu. Porém, quando o mestre de Aviz

---

(\*) Folhetins publicados no *Commercio do Porto* em 1873.

andava empenhado na defesa do reino contra os castelhanos, depois de aclamado rei, tendo reconhecido por experiencia propria quão mal defendida era Guimarães pela sua cêrca de muros, mandou fortalecel-a com varias torres, que foram construidas com rapidez.

Crescendo a população, e estendendo-se as casas por fóra da cêrca de muros, não tardou esta a ser rota por varias partes, e pouco a pouco foi desaparecendo para dar lugar á edificação de predios e ao seguimento das ruas, que deviam unir e communicar a villa velha com a nova. Assim vieram a ficar algumas daquellas torres no meio da povoação, umas solitarias, outras acompanhadas do seu lanço de muros. As mesmas razões, que produziram a destruição da cêrca de muros, poupando poucos lanços por se acharem em sitios escusos, foram invocadas para a demolição de algumas dessas torres.

Por um acaso de feliz situação, sobrevivera ás suas irmãs, até ha poucos annos, uma torre que se extremava de todas pela belleza da construcção, e pelo perfeito estado de conservação. Se a memoria nos não falha, era denominada torre de Nossa Senhora da Graça, por ter dentro de si uma capella desta invocação. Era uma alta torre quadrangular, coroada de ameias, tendo nas duas fachadas principaes duas grandes e formosas janellas ogivaes com seu balcão. A parte inferior desta torre era de abobada de pedra artozoada, com dous arcos, que davam passagem a uma rua, e que formavam a porta da villa, chamada de Santa Luzia. Era um monumento da historia e da arte: da historia, porque commemorava não só o nome illustre do seu fundador, mas tambem a lucta gloriosa da independencia de Portugal, para que fóra edificada; da arte, porque nos mostrava um bello especimen da architectura militar em o nosso paiz no correr do seculo XIV, e da qual poucos padrões possuímos no estado de conservação em que se achava aquelle. A torre ennobrecia a cidade, e não servia de pejamento, antes sim de adorno, á larga rua para a qual dava sahida. E a rua, a que offerecia passagem, não merecia, certamente, por motivo algum, que se lhe sacrificasse uma pedra sequer de um tal edificio. Pois, não obstante todas estas razões de apreço e de veneração a que tinha jus o monumento, a torre do mestre de Aviz, que resistiu impavida ao duro combate de quasi cinco seculos, cahiu prostrada pelo camartello municipal!

Depois de um facto tão grave, que bem merece o epitheto de attentado, não deveriamos referir outro caso, que a par deste é incom-

paravelmente insignificante. Porém mencional-o-hemos, porque mostra a ignorancia e espirito destruidor, que ainda hoje campeiam por todo o reino, e contra os quaes pedimos providencias.

Sahindo da praça do Toural, em Guimarães, em direcção á estrada que conduz ao Porto, encontra-se do lado esquerdo um cruzeiro, levantado sobre varios degraus, e situado em um largo pequeno e mal gradado, fronteiro ou proximo da igreja do extincto convento de S. Domingos. Compõe-se este cruzeiro de uma alta e delgada columna corinthia, com seu pedestal quadrangular e uma cruz assente sobre o capitel. Quem observar attentamente este padrão religioso, admirar-se-ha, sem duvida, de ver uma columna tão esbelta e delgada, com o fuste tão lizo e com o capitel corinthio, patenteando um delicado trabalho de esculptura em uma terra onde toda a pedra de construcção é granito, a qual não se presta a delicadezas de trabalho. Porém se conseguir, pelo modo que lhe parecer melhor, levantar uma pequena porção das espessas camadas de cal, que cobrem o fuste da columna, descobrirá o marmore cinzento da serra de Cintra! Quando, ha bastantes annos, vimos este cruzeiro, achavam-se muito bem caiados o pedestal e o fuste da columna, e pintado a ocre o seu gracioso capitel! Em toda a parte é um acto de barbaridade cair ou pintar uma obra de marmore; mas na cidade de uma provincia, que não possui uma unica pedreira de marmore e onde são tão raras as obras esculpidas nesta qualidade de pedra, similhante acto é inqualificavel.

Em toda a provincia do Minho é muito commum o uso de caia-rem e pintarem com ocre e vermelhão as estatuas de santos, esculpidas em granito, que adornam as frontarias dos templos. Outras vezes sómente lhes guarnecem os vestidos de douraduras, e tambem lhes douram as insignias ou emblemas com que o esculptor as representou, como se vêem no Bom Jesus do Monte, em Braga. É um triste documento de mau gosto e atrazo nas artes, que não póde achar desculpa na imperfeição da esculptura, nem na qualidade da pedra. Encontra-se, porém, na cidade primacial um destes exemplos, que significa mais alguma cousa que simples atrazo e mau gosto, e que não duvidaremos de classificar como desacato aos monumentos.

Braga ufana-se, com razão, da sua origem antiquissima, dos fóros de nobreza, que desfructava sob o dominio romano, e da preeminencia da sua igreja cathedral. Porém, se abstrahirmos de alguns cippos e de outras lapidas com inscripções, não conserva monumentos da epocha romana.

Os proprios vestigios dessa idade, que ainda possuia no principio do seculo passado, foram destruidos totalmente pelos seus habitantes.

Dos tempos que medearam entre a quèda do imperio dos Cesares e a fundação da monarchia não tem padrões commemorativos. Alguns encerra, mas raros, e de pequeno vulto, do tempo dos cinco primeiros reis de Portugal; pois que a sé, não obstante a sua muita antiguidade, por effeito das muitas reedificações que tem tido, não apresenta parte alguma do edificio anterior ao seculo XIII; e a este mesmo seculo pertencem os restos do castello e cêrca de muros da cidade.

Á vista de tudo isto poder-se-ha dizer, que os monumentos antigos da cidade de Braga, pelo menos os monumentos de arte, reduzem-se aos edificios de architectura gothica, pois que todos os outros foram erigidos depois da introdução do estylo do renascimento.

Fundaram-se nesta cidade muitos templos durante o longo periodo, em que predominou em Portugal a architectura gothica; mas nas reedificações, que tiveram, quasi todos perderam a pureza de estylo. A capella de Nossa Senhora da Conceição, na rua de S. João do Souto, edificada no principio do seculo XVI, é um dos mais lindos specimens do ultimo periodo da architectura gothica, não só de Braga, mas do reino.

Este pequeno edificio, muito elegante de fórma, e singularmente ornamentado, tendo por corôa do peristylo estatuas de santos a par das de um fauno e de um satyro, é, até nesta mistura do sagrado com o fabuloso, um perfeito typo da transição da arte gothica para a do renascimento. Portanto possui esta capella sobejos titulos, pelos quaes devêra ser estimada e cuidadosamente conservada, além da veneração religiosa que lhe é devida, como monumento artistico. Pois como signal de apreço e respeito obstruiram, em tempos não modernos, uma das suas fachadas, com a edificação de uma ermida, dedicada a Santo Antonio, cuja imagem é uma das estatuas de pedra, que, com sua peanha e baldaquino phantasiosamente lavrados e vazados, decoram no exterior a dita capella, e para que não ficasse o interior sem desacato, o retabulo, que é uma esculptura em granito, representando o nascimento de Christo, em alto relevo, embora grosseiramente cinzelado, foi todo pintado com as côres mais grosseiras e mal dispostas, que se pôde imaginar. O louro dos cabellos da Virgem e dos anjos é imitado com ocre; o carmim das faces e dos labios com manchas de vermelho! Custa a crer, que se fizesse semelhante cousa, e ainda é mais incrível

que se tenha conservado e renovado em uma cidade, que tem sido berço de muitos artistas distinctos, e onde as artes teem numerosos cultores.

A villa de Ponte do Lima, sentada na margem esquerda do rio Lima, communica-se com a margem direita por uma ponte muito extensa, grandiosa, e tão solidamente construida, que tem resistido ás violentas cheias daquelle rio no longo periodo de mais de cinco seculos, desde a sua reconstrucção por el-rei D. Pedro I, porque a sua origem é romana, tendo-a fundado o imperador Augusto Cesar, segundo a melhor opinião, para dar passagem á via militar, que conduzia de Braga a Astorga por Ponte do Lima, que tambem era fundação sua. Duas altas torres quadrangulares, coroadas de ameias, defendiam e serviam de portas a esta ponte, levantando-se uma junto á villa, e a outra no lado d'além, de modo que a passagem era por baixo dellas. A torre do principio da ponte, contigua á villa, era obra inquestionavelmente de D. Pedro I; a outra, chamada torre velha desde muita antiguidade, era attribuida, senão com razões incontrovertidas, pelo menos com bastante plausibilidade, á fundação romana.

Era, portanto, um verdadeiro e curiosissimo monumento em toda a extensão desta palavra: monumento archeologico pela sua remota origem; monumento historico por differentes razões, e principalmente pelos actos de valor de que foram theatro aquellas torres em defesa da nossa independencia; monumento de arte como um specimen mui notavel da architectura civil e militar em duas epochas tão afastadas de nós, e que o fazia ainda mais apreciavel não haver outro igual, ou semelhante em todo o reino. Fica bem manifesto, que as duas torres constituiam a feição mais monumental da ponte, mais monumental aos olhos da archeologia, da historia e da arte; e tambem a feição, que dava á ponte mais grandioso e singular aspecto, e que mais fazia realçar o pittoresco e formoso quadro das paizagens em derredor do monumento. Pois cahiram ambas as torres, ha poucos annos, derrubadas pelo alvião, por ordem do governo, e em nome do progresso! A sciencia não achou meio de dar mais alguma amplidão ás duas entradas na ponte, sem prostrar as duas atalaias que alli velaram por tantos seculos!

O que deixamos referido é apenas uma breve amostra do muito que poderíamos dizer. É assumpto este, por nosso mal e vergonha, para um grösso volume e não para folhetins. Poucas villas e cidades

deixariam de concorrer para essa obra com extensos capitulos. Não queremos, porém, abusar mais da paciencia dos nossos leitores.

Não tratamos desta materia por desabafo sómente da dôr, que nos punge, assistindo ou sabendo de tantos actos de vandalica destruição. O impulso, que nos move a erguer a nossa fraca voz em favor dos monumentos, é o desejo de chamar a attenção e solicidade do governo para um ramo do serviço publico, que em todos os paizes civilisados é tão zelosamente attendido, e que em o nosso não pôde continuar no desleixo em que se acha, sem prejuizo de importantes interesses, sem offensa do decoro nacional, e sem quebra dos nossos fóros de nação culta.

A instituição de inspectores, ou commissões inspectoras nas capitães dos districtos administrativos, encarregadas de vigiar pela conservação dos monumentos, parece-nos ser uma providencia preliminar, que daria bons resultados.

I. DE VILHENA BARBOSA.

## O THEATRO DO BAIRRO ALTO <sup>(1)</sup>

(Pateo do Conde de Soure)

### II

O acaso fez com que se nos deparasse um manuscripto no qual se encontra uma parte da historia do Bairro Alto, com indicações muito curiosas ácerca dos costumes do theatro do tempo, e da sua economia, e dos artistas que figuraram nelle.

O manuscripto é um volumoso *Appenso*, pois conta 346 folhas, a uns autos de ajuste de contas judicial, entre João Gomes Varella e Mathias Ferreira da Silva, sócios na propriedade e na empresa do

(1) Transcripto do *Jornal do Commercio* de Lisboa, n.º 5752 e seguintes, do anno de 1873.

mesmo theatro. Vê-se que haveria outro *Appenso*, pois que este traz a indicação de ser o primeiro, e tambem mostra que os autos eram não menos volumosos, pois que contavam mais de 300 folhas.

Á benevolencia do erudito academico, o sr. Rodrigo José de Lima Felner, curioso investigador de coisas antigas, incluindo as que respeitam á historia do theatro em Portugal, devemos o poder examinar o referido *Appenso*, tendo tido a bondade de nol-o emprestar. Por meio delle podemos fixar a data precisa da fundação do theatro, e colligir outras noticias, que decerto agradarão aos curiosos destes assumptos, e aproveitarão á historia do theatro nacional, na segunda metade do seculo passado, historia mal conhecida, por falta de memorias e documentos, sem embargo de muitas investigações, que pessoas entendidas teem feito a esse respeito.

A historia da fundação do theatro do Bairro Alto encontra-se escripta, no principio do *Appenso*, por um dos seus fundadores, que desde esse ponto partiu para apresentar em juizo as suas contas, como caixa da empreza. Vamos pois transcrever o que ahi achamos, para completa elucidación dos leitores.

Lê-se no *Appenso* referido:

«Antes de se principiar a dita conta, é preciso mostrar nesta relação o principio desta sociedade e a sua origem, para melhor o sr. Mathias Ferreira da Silva perceber a dita conta, e é a seguinte:

«João Gomes Varella se associou com João da Silva Barros e Francisco Luiz para arrendarem o palacio do ex.<sup>mo</sup> conde de Soure, como melhor consta da escriptura que com elle celebraram, para *nelle fazerem uma casa de opera*; e com effeito assim o conseguiram, entrando João Gomes Varella com a metade para a factura da dita casa, e os outros socios com outra metade; e com effeito *principiaram a dita casa em outubro de 1760, e oito dias antes do carnaval de 1761, foi o primeiro dia que se representou nella*, por a terem arrendado a João Pedro Tavares e a José Duarte, por estes terem toda a fabrica e preparos para as *operas de bonecos*, que antes tinham tido na rua dos Condes, e com os ditos se celebrou o ajuste, que elles rendeiros seriam obrigados a preparar o theatro de tudo o que fosse preciso, para se poder representar, e fazerem todas as despezas, pagando aos operarios, e feita toda a despeza, do ganho, que ficasse em cada dia de opera, se daria á casa logo a terça parte. E com effeito, assim se

poz em execução; mas pouco durou, porque não durou senão oito dias, por logo fallecer José Duarte, que era o que sustentava a tal negociação.

«Depois entrou um seu irmão; este não se achava com cabedal, nem o outro socio o tinha, e foi preciso que o caixa supprisse e interessasse com os ditos para ver se podia fazer com que a casa da Opera trabalhasse. Com effeito, se continuou, mas muito mal succedidos, porque o caixa, não só suggeria (*sic*) por si, mas pelos companheiros de fóra; e por fim, até ao carnaval de 1762, se experimentou grande perda, sem embargo de que a casa não perdeu, antes ganhou em alguns dias que houve utilidade. E no fim do carnaval não quizeram continuar mais os rendeiros; e justas as contas com o caixa se acharam alcançados, e pelo alcance venderam toda a fabrica ao caixa, que ficou senhor não só de metade da propriedade da casa, mas tambem de todo o recheio e fabrica do theatro, pela compra que tinha feito aos ditos socios de fóra, pois o theatro, quando se arrendou aos ditos só se compunha das paredes e camarotes, e platéa e panno de boca, sem mais bastidor, vistas, nem vestuario; isto no primeiro anno; e no segundo todo o preparo da fabrica pertencia a elle caixa.

«Deste ajuste tanto com os socios de fóra, como com os socios da casa, se não celebrou nem escripto, nem escriptura, senão a do arrendamento com o conde de Soure, e da mesma fórma todo o mais tempo d'ahi por diante, e sempre se cumpriram inteiramente todos os ajustes e contas ajustadas debaixo da boa harmonia.

«No segundo anno, se praticou o ajuste com mr. Antonio, mestre de dança, com o qual se ajustou pagar de arrendamento certo em todos os dias doze mil réis, metade para a casa, e a outra metade para a fabrica de dentro, e principiou pelo S. João de 1762, e continuou até ao carnaval de 1763, no qual arrendamento teve a casa a sua metade; e no terceiro anno, de 1764, se ajustaram os socios da casa, João da Silva Barros e Francisco Luiz, com o caixa, para os interessar na fabrica de dentro, pois a este tempo já o caixa tinha comprado grande quantidade de vestidos da *opera italiana do Fremude*, e muitas solphas e preparos, no que tinha já o theatro grande recheio de vestuarios e scenarios, e que elles queriam entrar nas perdas que elle caixa tinha feito, e em tudo que o dito caixa tinha despendido, ao que o caixa não poz duvida em os interessar egualmente da mesma fórma que se praticava na sociedade da casa.

«Nesta fôrma se continuou o anno de 1763 até ao fim, que foi até ao carnaval de 1764, em que se ajustaram as ditas contas. De tudo, até áquelle tempo, ficou a casa livre de todos os empenhos, tanto que o caixa tinha supprido de mais na factura da propriedade, como da fabrica de todo o preparo das operas, vistas, scenarios, e toda a mais fabrica que era delle caixa; vindo a ficar, por fim do dito anno, o theatro com tudo o que se achava de recheio e propriedade pertencendo livre sem encargo algum a estes socios João Gomes Varella, João da Silva Barros e Francisco Luiz, e tudo isto se ajustou, e se conferiu entre os ditos, sem escripto, nem escriptura, nem assignatura, senão a palavra e verdade entre estes socios, como o socio Francisco Luiz, que é vivo, deplorá esta verdade, e muitas mais pessoas daquelle tempo.

«No anno de 1764 começou a sociedade de Agostinho da Silva, como ao deante se vê pela copia da conta. Estes socios quando celebraram a sociedade *eram tão pouco praticos de contas e das suas formalidades, que nem sabiam como era a pratica de formar contas*, pois como entre elles só reinava a lealdade e a verdade, as faziam como as praticavam, pois *João Gomes Varella tinha sido boticario antes do terramoto*; João da Silva Barros, entalhador; e Francisco Luiz, mestre pedreiro; estes tres sujeitos todos em boa harmonia e verdade, que arrumamentos de contas podiam fazer, senão as que entre si praticavam, e assim vae a presente conta para o sr. Mathias Ferreira da Silva ver.»

Como se vê, na precedente narrativa se acha bem explicada a origem do theatro do Bairro Alto. João Gomes Varella foi a alma do negocio: naturalmente era homem de mais cultura do que o mestre pedreiro e o entalhador, e pelas contas, que são muito embrulhadas, conhece-se que ou elle effectivamente era pouco pratico de contas, como dizia; ou em 1770, quando as prestou já tinha adquirido sufficiente pratica, até para as embrulhar. Bruno José do Valle, que veio a ser socio, por ter casado com a filha de João da Silva Barros, era pintor de historia, segundo lemos nas *Memorias*, de Cyrillo Volkmar Machado. As vicissitudes porque passou a empreza até ao anno de 1770, a que chegamos as contas, depois as referiremos.

Agora podemos dizer quanto custou a construcção do theatro,

porque no *Appenso* vem mencionada essa verba, que é do seguinte theor:

«Despendeu-se na factura da casa da Opera, e todas as accomodações e casas que se abrigam, desde outubro de 1760, até os oito dias antes do carnaval de 1761, dia em que teve principio a primeira representação, 6:023\$853 réis.

«Como consta da narrativa de Varella, esta despeza abrange só a construcção das paredes e interior, palco, sala, camarins e algumas arrecadações; os scenarios não entram nessa conta. Mais tarde, em 1764, achamos uma verba de 464\$271 réis de despeza feita com o *acrescentamento da casa da Opera*; e outra de 111\$210 réis em uma casa para *trabalharem os alfaiates e guarda roupa*. E, ainda mais tarde, a empreza arrendou ao mesmo conde de Soure um armazem no *pateo do Telha*, para arrecadação. O pateo do Telha é o que hoje se chama do Tijolo, encravado nas ruinas do palacio do conde de Soure.

«Inclinamo-nos a crer que o theatro seria de uma construcção semelhante á velha barraca da rua dos Condes. Não temos encontrado outra descripção delle, senão a que vem no jornal francez intitulado *Journal de littérature, des sciences et des arts*, no volume referente a 1781, e que transcrevemos na biographia da famosa Luiza Todi, na parte respectiva a sua irmã Cecilia Rosa de Aguiar. Esse jornal publica um artigo com o titulo—*Estado actual do theatro em Portugal*; descreve o theatro regio da opera italiana, o da rua dos Condes, e o do Bairro Alto; a descripção deste é a seguinte:

«O theatro do Bairro Alto é o mais antigo, e o seu nome vem-lhe do bairro em que está situado. É espaçoso; a platéa divide-se em duas; tem uma ordem de camarotes no nivel da platéa, a que dão o nome de forçuras: é raro ver mulheres nestes camarotes, a não ser em noites de enchente real. Tem mais duas ordens de camarotes, sendo onze de cada lado, e cinco ao fundo. Da quarta ordem sómente metade do lado da scena tem camarotes; a outra metade fórma galeria. O ponto, como é costume, está na boca da scena, mas em logar elevado, de modo que de toda a parte se vê.»

Parece ter sido uma sala de espectáculo não menos espaçosa, ou talvez mais que a do theatro actual de D. Maria II. Na descripção do

da rua dos Condês, diz-se que este era menos espaçoso, pois só tinha nove camarotes de cada lado, e com os mesmos cinco ao fundo.

A despeza feita na sua construcção mostra que não era solida, nem grandiosa; as suas ruínas desapareceram de todo. Pessoas edosas lembram-se de terem visto apenas alguns vestígios de theatro; hoje já nada existe; tudo desapareceu, porque só o theatro da rua dos Condes, de todos os velhos *palcos* de Lisboa, teve o condão de subsistir, pouco mais ou menos no mesmo local, e de resistir á influencia do progresso, conservando-se ainda agora a velha barraca, que, segundo é opinião geral, foi reconstruída em 1770 pelo architecto Petronio Mazoni.

### III

Tivemos a curiosidade de ir examinar a escriptura de arrendamento do palacio do conde de Soure, para nelle se estabelecer o theatro do Bairro Alto; soubemos por um documento do *Appenso*, que fôra celebrada nas notas do tabellião Antonio da Silva Freire, em 1 de outubro de 1760, cujo cartorio é o que hoje tem o sr. João Baptista Ferreira, amator de coisas theatraes, que foi um excellente traductor e imitador no theatro da rua dos Condes e tem muitas noticias do antigo theatro portuguez. Procurámos o sr. Ferreira, que, com a melhor vontade, nos deixou examinar a dita escriptura, encontrando nós, tambem, por essa occasião, a outra a que allude Varella, celebrada ainda antes da abertura do theatro com os proprietarios da fabrica dos *bonecos*.

Pela escriptura de arrendamento, sabe-se que os primeiros socios foram Varella, Barros, e Antonio Rodrigues Gil, mestre d'obras; mas aconteceu uma singularidade: na escriptura começa por outorgar o dito Gil, e depois de estabelecidas as clausulas do arrendamento e por elle acceitas, na mesma escriptura se declara que Gil se retira da sociedade, e entra em seu logar Francisco Luiz, que acceita do mesmo modo todas as clausulas, e assigna a escriptura. É isto bem extravagante.

O conde de Soure arrendou a parte arruinada do seu palacio, e reservou a parte já renovada, e que ainda hoje se vê e olha para os jardins do lado do oeste, pelo preço de 240\$000 réis annuaes, preço que depois foi elevado a 288\$000 réis.

O arrendamento era por quinze annos, e findos estes os arrenda-

tários continuariam se lhes conviesse, e o conde não os poderia despedir, salvo se quizesse continuar a obra da restauração do seu palacio.

O conde tinha direito a um camarote de boca effectivo, e com serventia separada, e o camarote, diz a escriptura, *não terá menor comprimento que o que tem o do marquez de Lourical, na Rua dos Condes.*

Esta ultima clausula mostra-nos que o theatro da Rua dos Condes fôra desde o principio edificado em terreno pertencente aos condes da Ericeira, que tiveram depois o titulo de marquezes de Lourical; e isto se confirma pelo nome que se lhe dava, e a que já nos referimos, de *theatro das hortas do Conde.* E ainda por esta clausula, e por outra, que abaixo referimos, da escriptura com os proprietarios dos *bonecos*, se conhece que o theatro da Rua dos Condes devia ter sido reedificado pouco depois do terramoto, embora em 1770 fosse restaurado, ou mesmo novamente reedificado.

Os condes de Soure nunca mais trataram da reedificação do seu palacio, que deveria ser soberbo.

Mais tarde, vemos nas contas, que os donos do theatro alugavam por sua conta o camarote particular do conde de Soure, porque encontramos mencionadas as verbas do seu rendimento; por exemplo, em 1754, achamos o rendimento de 331\$400 réis, do camarote do conde de Soure, e em outros annos se menciona egual verba.

Pela escriptura de arrendamento, os socios do theatro podiam não só construir a casa de espectáculo, mas tambem casas que alugassem, e com effeito das contas se conhece que recebiam das casas que alugavam mais de 300\$000 réis; só o monsenhor Accioli pagava de renda 144\$000 réis, por uma casa que habitava; de maneira que cobriam o preço do arrendamento ao conde de Soure.

A escriptura feita com os proprietarios dos *bonecos* João Pedro Tavares e José Duarte, em 15 de outubro de 1760, é curiosa: é um pacto leonino: estes haviam de fornecer todo o *recheio* do theatro, vistas, vestuarios, operas, solfas (musicas), pagar todas as despezas das representações; deviam ter um cofre, sempre com 300\$000 réis, para acudir a quaesquer falhas, estando as chaves do cofre em poder delles, mas o cofre em poder do Varella, e, diz a escriptura, por esse cofre se devia pagar o imposto ao hospital real, *se elle em algum tempo pretender que se lhe pague aquella porção, que algum tempo se lhe costumava pagar.* O imposto sobre todas as representações theatraes a fa-

vor do hospital acabára, pela carta regia de 28 de janeiro de 1743, sendo substituído pela esmola de 1:300\$000 réis, que o thesouro lhe dava. (Vide *Archeologia do theatro portuguez*). João Gomes Varella era previdente, e como se poderia restabelecer o imposto, que o pagassem os pobres arrendatarios, o que elle estipulava com a maior clareza; os proprietarios dos *bonecos* eram mais obrigados a darem a terça parte aos donos do theatro, dos lucros que houvessem, quando fossem chamados por pessoas reaes para darem representações; e, se acaso Agostinho da Silva, emprezario da Rua dos Condes, os obrigasse, em algum tempo, a irem com a sua fabrica para o dito theatro, *em virtude da condição da escriptura, que com elles tinham celebrado*, eram obrigados a darem parte aos donos do theatro, *para estes resolverem se lhes convinha interessarem-se na fabrica que alli punham*; se porventura chegassem a Lisboa companhias italianas ou castelhanas, e quizessem arrendar o theatro, os proprietarios dos *bonecos* seriam obrigados a despejar o theatro!—Os donos do theatro tinham direito a dois camarotes, e oito bilhetes de platéa, dos quaes disporiam como lhes aprouvesse; os camarotes eram, um de 3\$200 réis, na *frontaria do segundo andar*, e outro de 1\$600 réis, na *ilharga do mesmo andar*, e se os donos do theatro os quizessem mandar alugar pelo camaroteiro, teriam preferencia aos outros; os proprietarios dos *bonecos* tambem tinham direito a um camarote de 3\$200 réis, e a 8 bilhetes de platéa, e o rendimento do camarote e bilhetes não entrava no monte commum, para ser dividido; já era favor: os donos do theatro tinham mais direito a dois beneficios, luzes para elles, em dias por elles escolhidos, excepto os tres dias de entrudo, e á terça parte de todos os lucros.

Como se vê, era uma escriptura que devia trazer forçosamente a ruina da empreza; os donos do theatro é que não perderam, por que nos oito dias, que durou como diz o proprio Varella, e se vê das contas, ganharam elles 151\$845 réis.

Desta escriptura se tira outra indicação com referencia ao theatro da rua dos Condes, para mostrar que já trabalhava antes de 1760, pelo que se diz ácerca da escriptura do emprezario Agostinho da Silva com os proprietarios dos *bonecos*. Estas provas não são simples affirmativas, ou supposições melhor ou peor fundadas: são provas incontestaveis constantes de documentos authenticos.

(Continúa)

# A ANTIGA EGREJA DOS ANJOS

e o seu reitor

Diogo Mexia Godines

(Continuado no numero antecedente)

## III

Por todos os meios ao nosso alcance diligenciámos obter esclarecimentos sobre a vida do Reitor Godines, e comquanto fossemos á Camara Ecclesiastica, em S. Vicente de Fóra, para que nos mostrassem a collação do Reitor, nada conseguimos, sendo-nos affirmado que no Archivo só existem as collações a partir do reinado de D. João VI. Tambem fomos ao Ministerio da Justiça, onde o Ex.<sup>mo</sup> Senhor Ribeiro Vianna teve a gentileza de nos mostrar as collações que lá existem, e que são infelizmente posteriores á do Reitor Godines.

Desanimados, resolvemos pôr ponto na investigação, embora isso muito nos custasse. Uma agradabilissima surpresa nos causou a visita do nosso presado consocio Senhor Antonio Cesar Mêna Junior, um estudioso de merecimento e um verdadeiro amigo e auxiliador dos que estudam, que nos trouxe uma nota interessantissima, que a seu pedido, seu Primo Snr. Nogueira de Brito, zeloso funcionario do Archivo da Torre do Tombo, extractou das doações de D. João V, e que se refere a *Diogo Mexia Godines* e á qual adiante nos referimos. Esta nota preciosa para o nosso estudo, esclarece a duvida em que estavamos sobre o appellido do Reitor, porquanto pelos livros que serviram para os termos de baptismo, casamento e obito na Igreja dos Anjos, durante o tempo que elle parochiou a freguesia, e que se encontram no Archivo parochial, parece que era Godiny, «mas na pedra tumular ou campa do Reitor, embora as letras estejam muito gastas, vê-se que o appellido começa por um G e acaba em E S. Não resta portanto duvida que era, Diogo Mexia Godines.»

Tendo conhecimento pelo bello trabalho do nosso referido Con-

socio Snr. Mena Junior «A casa onde falleceu Bocage. Noticia historica commemorativa do 1.º Centenario da morte do Poeta» publicado no nosso Boletim, que alguns livros de antigos registos de predios e decimas estavam no Tribunal de Contas, e que é digna de notar-se a bella organização do seu Archivo, onde não faltam indices methodicos e perfeitos que facil e rapidamente nos dizem o sitio onde se encontram os documentos que se pretende consultar, tratámos de averiguar a antiguidade desses livros, mas ficámos desapontados quando soube-mos que apenas lá existem os livros de decimas de Lisboa de 1762 a 1833, presumindo que os anteriores se perderam no terramoto do 1.º de Novembro de 1755, que tantas preciosidades devorou! São portanto muito modernos, para o nosso estudo, esses livros e nenhum esclarecimento nos pôdem dar, porquanto Godines falleceu em 1737.

Um recurso ainda nos restava e tambem a Mena o deviamos, porque tambem nos informou que no Tribunal da Relação existem copias de muitos testamentos antigos no «Registo Geral dos Testamentos,» guardado no Archivo desse Tribunal.

O testamento de Godines era um documento precioso que muito desejavamos obter, e esta informação era realmente tentadora: fomos á Secretaria do Tribunal da Relação, onde temos amigos que gentilmente accederam ao nosso pedido, procurando o Ex.<sup>mo</sup> Senhor Antonio Augusto de Figueiredo Feio, meritissimo official chefe de Repartição do Tribunal da Relação, no bem organizado indice dos testamentos, e achando a breve trecho o documento que procuravamos: o *testamento do Reitor Godines*, que o Ex.<sup>mo</sup> Snr. Augusto de Castro, tambem zeloso funcionario da mesma Secretaria, se promptificou a copiar, levando a sua gentileza ao ponto de ainda encontrar outro testamento tambem interessante e muito relacionado com o anterior: o de D. Angela Maria Thereza de Macedo, Sobrinha de Godines, fallecida em casa deste seu tio, e á qual este se refere no seu testamento, e de que tambem o Snr. Castro nos deu copia.

Estes valiosos documentos fornecem-nos curiosas noticias sobre a vida do Reitor Godines, comquanto nem por elles nem pela certidão de obito possamos estabelecer a sua ascendencia e naturalidade. Nas certidões antigas é em geral difficil fazel-o, a não ser nas de baptismo, e mesmo estas teem grandes falhas. Foi de grande alcance a lei de 2 de Abril de 1862, que mandou entregar os duplicados dos assentos parochiaes á Camara Ecclesiastica, estabelecendo a norma a que teem

de obedecer, porque, acautelando-os contra os perigos de um incendio, os tornou perfeitos.

O testamento do Reitor Godines, de que foram testamenteiros seu sobrinho Diogo de Mexia Godines, prior que foi da Igreja da Villa de Pombeiro, morador acima da Igreja dos Anjos, e o padre cura da mesma Igreja D.<sup>os</sup> Jorge, foi escripto a pedido do testador, que estava de cama com muitos achaques e muitos annos, por Bartholomeu da Rosa Coutinho, escrivão dos negocios e fianças do Senado das Camaras destas Cidades (Lisboa Oriental e Lisboa Occidental), e moradôr defronte da Igreja dos Anjos, em 21 de Fevereiro de 1737, assignado pelo testador, que o não fez pela sua mão devido a estar muito fraco.

Foi approved em 22 de Fevereiro do mesmo anno na residencia do testador, na Rua dos Anjos, Travessa da Cruz, pelo tabellião de notas de Lisboa, Estevam de Mello, sendo testemunhas presentes Pedro Pereira Lobo, morador na Correaria, o Padre Fulgencio da Silva Grojão (sic), José Delgado da Guerra, José Roiz, Manuel Fernandes, Luiz Ferreira e Antonio Lopes, estes todos moradores na Rua dos Anjos. Todos sabiam escrever, menos José Rodrigues, que assignou de cruz.

Foi aberto pelo padre Raphael da Costa e Sousa, coadjutor da Igreja dos Anjos, em 7 de Abril de 1737, dia do fallecimento do testador.

Foi registado no «Registo Geral dos Testamentos» em 16 de Abril do mesmo anno de 1737, por Antonio José de Andrade, escrivão do mesmo Registo, sendo apresentado pelo testamenteiro Diogo de Mexia Godines, sobrinho do testador.

O registo deste testamento, sua approvação e abertura teem á margem a rubrica—Nugr.<sup>a</sup>—do nome do escrivão dos Residuos Antonio José Nugr.<sup>a</sup> ao qual pela concordata feita entre elle e os restantes tres collegas pertenciam as contas dos mezes de Abril e Outubro de 1737.

O testamento encontra-se a fls. 153 do livro 211 do Registo Geral dos Testamentos, archivado no Tribunal da Relação.

Determinava o velho Reitor que o seu corpo fosse sepultado na Igreja dos Anjos, abrindo-se a sepultura na coxia que corria do Altarmór de S. Bras até ao de S. Sebastião, sendo acompanhado por todas as suas Irmandades e pela dos Clerigos Ricos sita na Igreja de Santa

Justa, de que era irmão havia muitos annos, indo a sepultar na sua tumba, na fórma que costumavam fazer aos mais irmãos, e ainda pela Irmandade do Santissimo Sacramento, Conceição, Almas, da Igreja dos Anjos de que tambem era irmão.

Que se fizessem varios suffragios por sua alma e que as Irmandades cumprissem as obrigações dos seus compromissos.

Declarava que não tinha bens de raiz, nem dinheiro ou peças de ouro ou de prata, e só possuia os moveis e roupas de seu uso, instituindo sua alma por herdeira de tudo que constasse ser delle, o que tudo seria vendido para cumprimento do seu testamento. Que achando-se em sua casa alguns moveis que ahi haviam ficado por fallecimento de sua sobrinha D. Angela Maria Thereza de Macedo, estes pertenciam ao filho da mesma, de nome Antonio, e que no inventario a que se devia proceder declararia seu sobrinho, Diogo Mexia Godines, quaes eram os delle testador, e se estaria pelo que aquelle dissesse.

Que satisfeitos os encargos do enterro e suffragios se pagassem as suas dividas que constassem por escripto de sua letra e signal e do que restasse se entregasse metade da sua importancia a seu sobrinho, Prior de Pombeiro, Diogo de Mexia Godines, para elle o distribuir na fórma que lhe tinha comunicado em confissão, de que não seria obrigado a dar contas por serem cousas que caem debaixo de sigillo.

Que a restante metade do producto da venda de seus bens fôsse applicada em Missas da esmola de cento e vinte reis cada uma, por sua alma.

Que era administrador da Capella que instituiu o inquisidor Pedro da Silva de Faria, e á qual detidamente nos referiremos.

Declarava finalmente que sentia não ter cabedaes para poder deixar esmolas a alguns dos seus freguezes pobres e legados a algumas pessoas, tendo repartido em sua vida as que lhe foi possivel. A seu sobrinho e testamenteiro Diogo Mexia Godines, deixou os seus breviaros e livros que já em vida lhe havia dado; e ao padre cura dos Anjos, D.<sup>os</sup> Jorge, tambem seu testamenteiro, deixou as suas sobrepe-lizes, pelo trabalho da testamentaria, visto não lhe poder deixar o legado que elle merecia. Na relação alphabetica de todos os individuos que exerceram em Lisboa as funcções de tabellião desde o anno de 1561 até 30 de Abril de 1895, com indicação dos cartorios e das epochas em que serviram, publicada no segundo e terceiro volumes da revista «Do Notariado» dirigido pelo Snr. Tavares de Carvalho, men-

ciona-se o tabellião Estevam de Mello, (o que approvou o testamento de Godines) como tendo servido no Cartorio N.º 17, de 1735 a 1738.

#### IV

Como vimos, Godines refere-se a sua sobrinha D. Angela Theresa de Macedo, no seu testamento. Tambem desta Senhora alguma cousa podemos dizer, por possuirmos copia do seu testamento, feito pelo padre Domingos Jorge, cura da Igreja dos Anjos, a rogo da testadora, em 26 de Outubro de 1736, e por ella assignado.

Foram testamenteiros Domingos Pereira Seabra da Gama, ausente no Brazil, marido da testadora; seu compadre Paulo de Nogueira de Andrade; e o prior que foi de Pombeiro, Diogo Mexia Godines; morador aos Anjos.

Foi approvado em 27 de Outubro do mesmo anno de 1736, na Travessa da Cruz e Rua dos Anjos, na residencia da testadora estando esta doente e de cama, pelo tabellião Estevam de Mello, sendo testemunhas: João de Seabra Ribeiro, morador na Rua de S. Pedro Martyr; Diogo Gomes de Figueiredo, mestre entalhador, na Travessa da Cruz; José Correia, carpinteiro, a Santa Catharina de Monte Sinay; João de Moraes Magalhães, embarcadiço, na Travessa da Cruz; Manuel Fernandes, criado do Reitor dos Anjos; Gregorio da Silva e Thomé Gomes, sem officio, na Rua dos Anjos; sabendo todos escrever menos Gregorio da Silva, que assignou de +.

Foi aberto pelo Reitor dos Anjos, Diogo Mexia Godines, em 4 de Novembro de 1736, sendo apresentado a registo pelo Prior João da Costa Vilela e registado em 28 de Fevereiro de 1737, por Antonio José de Andrade, escrivão do Registo Geral dos Testamentos, assignando o registo João da Costa Vilela e Antonio de Queiroz Carreira.

Junto ao testamento ha um rol dos bens com que a testadora falleceu, e que não deixa de ser interessante pelas designações que dá aos objectos, algumas já hoje inteiramente desconhecidas.

O testamento encontra-se a fls. 84 v. do livro 211 do «Registo Geral dos Testamentos» archiyado no Tribunal da Relação. Determinava D. Angela que o seu corpo fosse sepultado na Igreja dos Anjos, na fórma que parecesse a seu tio Reitor e aos seus testamenteiros.

Declarava que era casada com Domingos Pereira de Seabra, que se encontrava nos Estados do Brazil, e que do seu matrimonio só ti-

nhá um filho por nome Antonio, ao qual instituiu por herdeiro de todos os seus bens, que eram muito limitados e constavam de um rol por ella assignado e junto ao testamento. Declarava que seu marido lhe mandára, havia dois annos, uma escrava por nome Romana que a servia e foi despachada em seu nome e que sendo necessario vender-se para alimentar o seu filho, o poderiam fazer com o parecer dos seus testamenteiros.

Corta o coração ver como assim se vendia uma creatura, que, embora rúde, tinha coração e alma, com a mesma facilidade com que se vendia um movel ou qualquer vil mercadoria, e que uma mãe a isso recorria para deixar alimentos a seu filho!

Declarava mais que D.<sup>as</sup> Ferreira e seu cunhado o Alferes João de Seabra lhe tinham assistido com grande amor e caridade na sua prolongada doença, não só com assistencia de suas pessoas como com gasto de sua fazenda, como constava de rois assignados por ella, e pedia a seu marido que tudo pagasse no seu regresso a Lisboa, visto ella o não poder fazer por falta de meios. Que ella e seu filho Antonio habitavam em casa de seu tio, Reitor dos Anjos, Diogo de Mexia Godines, a quem confessava dever muitas obrigações, e, porque elle se achava com muitos annos e achaques, pedia ao Alferes João de Seabra e á Snr.<sup>a</sup> D.<sup>as</sup> Ferreira sua cunhada, na sua falta, que levassem para sua casa ao dito filho Antonio, por fiar delles lhe dariam boa educação, como lhe haviam promettido fazer, mas isto no caso que o Reitor seu tio se não quisesse encarregar de o ter em sua casa e companhia, ou fallecendo o Reitor antes de seu pae regressar do Rio de Janeiro.

Que regressando ao reino seu marido Domingos Pereira, de tudo quanto elle tivesse adquirido até ao dia do fallecimento della lhe pertencia metade, e como só podia dispor da terça determinava que della se pagasse o seu enterro, legados e Missas, e do remanescente institua herdeiro o dito seu filho, esperando que seu marido, no regresso, fizesse por sua alma o mais que lhe parecesse e merecesse pelo muito amor e respeito com que sempre o tratou.

Deixou a Vicencia Ignacia o seu manto de seda e uma saia de fustão, tres camisas tudo de esmola por sua alma, sendo este o primeiro legado a cumprir.

A Domingas Ferreira o seu guarda-pé de roçagrana escuro com uma barra azul, e umas roupas de preguiça de seda preta, tres camisas e uma anagoa.

A sua comadre Thereza Josepha, meia moeda de ouro de esmola.

A Antonio do Espirito Santo, uma moeda de ouro de quatro mil e oitocentos réis.

A Josepha creada da Snr.<sup>a</sup> Vicencia Ignacia, uma saia de camellão roxo.

A Maria, escrava da Snr.<sup>a</sup> Domingas Ferreira, uma saia da camellão branco. Que tanto estes legados como as esmolas fossem logo satisfeitas ainda que houvesse necessidade de vender alguns dos bens que constavam do rol. Que era sua vontade que os seus testamenteiros não fossem obrigados a dar contas da sua testamentaria, bastando apenas uma atestação jurada de seu padrinho Diogo Mexia Godines, prior que foi de Pombeiro.

## V

Diogo de Mexia Godines, sobrinho do velho Reitor dos Anjos, foi prior de Pombeiro da Beira, mas durante poucos annos, porquanto assignou o primeiro assento do registo parochial em 13 de Outubro de 1715, e o ultimo em 14 de Fevereiro de 1717, segundo nos communicou o Ex.<sup>mo</sup> Senhor Benjamim Dias de Carvalho, meritissimo actual Prior da Igreja do Salvador de Pombeiro, que gentilmente accedeu ao nosso pedido de nos informar, e cuja correspondencia teremos a honra de publicar nos documentos.

É de crer que Godines não tivesse desempenhado outro cargo de parochio além do já referido, porque em 1737 figurava na certidão de obito de seu tio, como «*prior de Pombeiro*» porque certamente não tinha outro titulo de cargo ecclesiastico que exercesse.

Residia em 1736, aos Anjos, perto de seu tio, e é muito de presumir que não podendo obter a collação de prior em freguezia de Lisboa, se limitasse a alguma capellania, talvez mesmo na Igreja dos Anjos; que não tornou a ser prior, pelo menos até á morte de seu tio não nos resta duvida.

## VI

Era a familia Godines composta de pessoas de muita respeitabilidade, como se depreheende dos documentos que temos apreciado.

Ás vezes, um pormenor insignificante põe-nos deante dos olhos virtudes ou defeitos, que, como neste caso, seria impossivel averiguar

de outra fórma., porque não existindo memorias authenticas tudo se perde e confunde nos insondaveis mysterios da morte!

É verdadeiramente notavel o respeito, a estima e consideração que, entre si, os membros desta familia guardavam, e a absoluta confiança que uns dos outros mereciam, como vamos demonstrar:

O velho Reitor Godines manda em seu testamento entregar metade de seus bens a seu sobrinho Diogo, para lhe dar o destino que lhe havia recommendado, determinando que de tal applicação não dêsse contas. Deixa-lhe ainda os seus livros e breviarios que declara já lhe haver dado em vida, e por fim, a dois passos da sepultura, lamenta não possuir cabedaes para deixar esmolos aos seus parochianos pobres, declarando que em vida repartiu as que poude.

D. Angela, sua sobrinha, tendo o marido ausente no Rio de Janeiro, e sentindo approximar-se a morte faz o seu testamento e não se esquece d'aquelles a quem muito deve, menciona todos, e fal-o por uma fórma tão sincera como commovente, que encanta aquelles que, ainda hoje 173 annos depois da sua morte, lêem o seu testamento, que tivemos a boa fortuna de fazer reviver ao menos por um momento! Nomeando primeiro testamenteiro seu marido, pede-lhe que faça por sua alma o que lhe merecer pelo muito amor e respeito com que sempre o tratou.

Residindo, havia talvez muito tempo, em casa de seu velho tio Reitor, onde certamente se recolheu quando o marido foi para o Brazil, tentar fortuna, ella não se esquece do quanto lhe deve e confessa-o no seu testamento.

Um irmão de seu marido, o alferes Seabra e sua cunhada, assistem-lhe na sua prolongada doença, e D. Angela tambem não os esquece, declarando que a tinham tratado com muito amor e caridade, não só com assistencia de suas pessoas como com gasto de sua fazenda.

Afilhada do prior de Pombeiro, (sobrinho do Reitor) tambem o nomeia testamenteiro, desobrigando-o de prestar contas da testamentaria.

Não ha duvida que todos estes factos depõem muito a favor das pessoas a quem se referem, e não passam despercebidos a qualquer espirito medianamente investigador!

É que a gratidão é uma das mais bellas manifestações de uma alma bem formada, sempre teve o seu culto e nunca deixará de o ter, não obstante o feroz egoismo dos nossos dias!

## VII

Diz assim a nota que o nosso presado consocio Snr. Mêna nos deu:

«O padre Diogo Mexia Godines, prior da freguezia dos Anjos, de Lisboa, administrava uma capella instituida pelo Inquisidor Pedro da Silva de Faria, com obrigação de missa quotidiana, e para essa capella o dito inquisidor deixara sómente obrigada uma Quinta á Cruz de Almada, na mesma freguezia, que dava de rendimento em 1714, 50\$000 réis (cincoenta mil réis). El-rei D. João v concedeu licença ao dito padre para aforar esta quinta a Antonio Alvares Belem, por carta de 24 de Abril de 1714, e desse documento consta tudo o que fica relatado. D. João v — Doações — Chancellaria Livro 48 fls. 170».

Levando a sua amabilidade ao extremo de nos deixar um cartão de apresentação para seu Primo, o referido Snr. Nogueira de Brito, nos démos pressa em o procurar, e por este cavalheiro que tambem é um estudioso, fomos primorosamente recebidos, apresentando-nos ao nosso presado consocio Senhor Doutor Antonio Baião, meritissimo Director da Torre do Tombo, e não tardando em nos dar a copia do documento a que a sua nota se refere, e que adiante transcrevemos.

No seu testamento declarava o Reitor Diogo Mexia Godines que ere administrador da referida capella, que estava posta em sessenta mil réis de juro no sal de Setubal, e que tinha satisfeito com as obrigações da mesma até ao mez de Setembro do anno de 1733.

Que, tendo-lhe José Monteiro da Silva emprestado trezentos mil réis, lhe consignara os sessenta mil réis de juro da Capella para delles se pagar nos annos de 1729 a 1733.

Que, nos annos seguintes, lhe pertencia a cobrança do dito juro, que, por ser difficultosa, quando os seus testamenteiros cobrassem os annos que estivessem em divida deveriam satisfazer as obrigações da capella, mandando dizer as Missas onde lhes parecesse, visto não terem obrigação de lugar certo nem esmola determinada.

Que os reitores dos Anjos eram administradores da dita capella e porque o Padrão de juro de sessenta mil réis della se achava na mão do dito José Monteiro da Silva, o reitor que lhe succedesse o haveria ás suas mãos no caso de querer continuar as obrigações da capella.

Ao que parece *Cruz de Almada* era o nome da quinta obrigada

á Capella que Godines administrava, e não sitio ou rua da freguezia dos Anjos, embora a quinta estivesse na area dessa freguezia, por quanto João Baptista de Castro, na enumeração das ruas não menciona a «Cruz de Almada».

Tratando das ermidas da freguezia dos Anjos, diz o referido Baptista de Castro no seu «Mappa de Portugal» «S. João Bautista. Na quinta da Cruz de Almada». Nem mais uma palavra sobre esta ermida, collocando-a entre as: de «Jesus, Maria, Joseph», no paço da Bemposta, de que era administrador João da Silva Furtado, e que com o terremoto ficou arruinada bastantemente; e de «S. João Bautista», na quinta que era do desembargador João Marques Bacalháo. Não offerece duvida que a ermida da Cruz de Almada nenhuma ruina soffreu cam o terremoto de 1755, porque em 1762 ou 1763 a dá Baptista de Castro como existente na freguezia e nada diz com respeito a estragos que tivesse tido, sendo aliás o «Mappa de Portugal» muito minucioso na descripção da ruina que outros edificios religiosos soffreram. Como é sabido, Baptista de Castro, presbytero secular, beneficiado da Santa Egreja Patriarchal de Lisboa, publicou o «Mappa de Portugal», de 1745 a 1758, fazendo nova edição por elle revista e augmentada de 1762 a 1763, com o titulo de «Mappa de Portugal Antigo e Moderno», sendo esta preferida por melhor, segundo refere Innocencio.

Tambem o padre Antonio Carvalho da Costa se refere na sua «Corographia de Portugal», á capella chamando-lhe «Ermida de S. João Baptista na quinta que hoje é dos curas dos Anjos», e colloca-a entre a de «Nossa Senhora da Conceição» nas casas do Conde de Villa Flor; e a do «Espirito Santo», na quinta de Luiz Joseph de Vasconcellos.

Esta «Corographia» foi publicada de 1706 a 1712, fallecendo o seu auctor a 27 de Novembro de 1715, segundo refere Innocencio.

## VIII

A proposito da Chancellaria de D. João v, onde se encontra o documento a que nos referimos, alguma cousa diremos das Chancellarias, soccorrendo-nos de primoroso trabalho dos nossos presados Consocios Snrs. Pedro de Azevedo e Doutor Antonio Baião, «O archivo da Torre do Tombo, sua historia, corpos que o compõem e or-

ganisação», publicado em 1905, nos Annaes da Academia de Estudos Livres.

No capitulo II «As Chancellarias, Inquirições etc.», diz-se que os serviços que hoje passam pelas secretarias de estado ou ministerios expediam-se outr'ora em toda a christandade pela Chancellaria, onde necessariamente haveria já differenças de trabalho, conforme as aptidões e conhecimentos dos funcionarios respectivos, que na maior parte eram ecclesiasticos.

Que á frente delles estava o Chancellor, o qual além de expedir os diversos diplomas, tinha a cargo o Archivo Real, sendo a sua assignatura indispensavel para validar os actos reaes. As noticias mais antigas da existencia em Portugal da Chancellaria remontam ao tempo de D. Sancho I.

Que o livro mais antigo da Chancellaria real que se conhece, existe no maço 12 de Foraes antigos, o qual João Pedro Ribeiro demonstrou pertencer á Chancellaria de D. Affonso II.

Que além do livro mencionado, que existe no Archivo desde tempos immemoriaes, ha ainda um outro que pertenceu primitivamente ao Convento de Santa Cruz, e que se guarda agora no mesmo maço.

Que a Chancellaria de D. João V, fallecido em 1750, só entrou na Torre do Tombo em 1761.

## IX

D. Thomaz de Almeida, que collou o cura dos Anjos no predicamento de Reitor, foi Cardeal e primeiro patriarcha de Lisboa, e nasceu em Lisboa, na freguezia de Santa Engracia, a 11 de Setembro de 1670. Foram seus pais o segundo Conde de Avintes, D. Antonio de Almeida Soares, e D. Maria Antonia de Bourbon, dama da rainha D. Maria Francisca de Saboia.

Doutorou-se em Canones na Universidade de Coimbra, tendo sido porcionista no collegio de S. Paulo. Exerceu uma infinidade de elevados cargos, e na approvação do testamento do rei D. Pedro II, seu cordeal amigo, fez D. Thomaz de Almeida officio de tabellião mór do reino, e sendo acclamado D. João V, no dia 1 de Janeiro de 1707, exerceu o honroso emprego de escrivão da puridade.

No dia 4 de Dezembro de 1716 foi nomeado patriarcha de Lisboa Occidental. Por decreto de 17 de Fevereiro de 1717, expedido á Mesa

do Desembargo do Paço fôram concedidas a elle e aos seus successores as honras que nestes reinos gozam os cardeaes, e por decreto de 20 de Junho do mesmo anno, foi creado Conselheiro de Estado.

Impetrando D. João v, por bulla do Papa Clemente XII, de 20 de Dezembro de 1737, a investidura Cardinalicia aos Patriarchas de Lisboa, ficou nata e perpetua esta Dignidade aos que fossem nomeados Patriarchas, logo que a nomeação se apresentasse em consistorio.

No dia 3 de Março de 1738, chegou a Lisboa, com o barrete de Cardeal, Julio Sacchetti, conego de S. Pedro em Vaticano e Camareiro mór do Papa, por quem a 6 do dito mez foi posta aquella insignia no novo purpurado, no Oratorio do palacio da sua residencia.

D. Thomaz de Almeida deu para a construcção da egreja de Santa Isabel erecta em nova parochia, á Irmandade do Santissimo em 27 de Outubro de 1753, grande parte da sua rica e preciosa baixella de prata dourada, que pela certidão do contraste Manuel Pereira da Silva Leal, passada em 25 de Outubro de 1753, se sabe que pesou 1532 marcos e uma oitava e foi avaliada em 9:843\$412 réis, constando do primeiro livro da Irmandade em minuciosa relação, o numero de peças, seu toque, peso e producto em especie sonante, segundo refere Pinho Leal, no «Portugal Antigo e Moderno.»

Depois passou a servir-se de louça de barro, com summa edificação de todos. Por verba do testamento deixou em legado para a mesma obra, o resto da prata em valor de quatro contos de réis, e deixou varios legados ao padres de S. Roque, e entre elles a sua livraria.

Despendeu grandes sommas com a fundação da egreja e convento das Religiosas Trinas, no sitio do Rato, e na egreja de Rilhafolles, além de outras muitas ordinarias a diversas corporações religiosas.

Falleceu em Lisboa, em quarta feira de Cinza, 27 de Fevereiro de 1754, ás 5 e meia da manhã, com 85 annos de idade. Seu corpo jaz em sepultura rasa, no Cruzeiro da egreja de S. Roque, que então era casa professa dos padres da Companhia de Jesus, e hoje Santa Casa da Misericordia de Lisboa.

Esta biographia vem no «Gabinete Historico» por Frei Claudio da Conceição, vol. XII pags. 269 a 275, e foi transcripta pelo nosso presado consocio Snr. Victor Ribeiro, na sua monumental «Misericordia de Lisboa», a pags. 264, de onde a resumimos.

Diogo Barbosa Machado tambem na sua «Bibliotheca Lusitana» se refere a D. Thomaz de Almeida, copiando a eloquente e romanescas

inscripção que está gravada na sua lapide sepulchral, e que foi feita pelo sabio doutor Filippe Maciel, deputado da Mesa da Consciencia e Ordens.

Na bella monographia do nosso presado consocio Snr. Antonio Cesar Mêna Junior, «Memoria justificativa e descriptiva das obras executadas na egreja de S. Roque de Lisboa», 1894, encontram-se curiosas referencias á sepultura de D. Thomaz de Almeida, que com a devida venia vamos transcrever: «D. Thomaz de Almeida—No meio do cruzeiro e áquem da sepultura do bispo do Algarve D. Fernando Martins Mascarenhas, está sepultado o primeiro patriarcha de Lisboa, D. Thomaz de Almeida. Em virtude das obras de construcção do novo côro da capella-mór foi necessario levantar a lapide sepulchral do patriarcha. O ataúde é de fórma trapezoidal, está revestido de lamina de chumbo e encontrou-se bem conservado, excepto no fundo que por estar assente sobre a terra, apodrecêra por completo.

«As paredes do sarcophago que são de tijolo, foram guarnecidas com cimento e no fundo assentou-se um massame revestido tambem com cimento. Restaurou-se o fundo do ataúde e revestiu-se com lamina de chumbo. A tampa do ataúde tem o braço de armas dos Almeidas, encimado pela tiara, tudo nitidamente fundido em chumbo. Por baixo do braço de armas está gravado em uma placa tambem de chumbo o epitaphio».

«Quando em 1894 se substituiu o antigo côro da capella-mór, demasiado alto e largo e com uma balaustrada de pessimo gosto, pelo actual, como refere a mesma «Memoria», o painel de pau santo com faixa de espinheiro que cobre a sepultura de D. Thomaz de Almeida, foi todo restaurado e em letras de espinheiro embutidas no pau santo, fez-se o seguinte distico:

AQUI JAZ  
D. THOMAZ DE ALMEIDA

1.º PATRIARCHA DE LISBOA

Ribeiro Guimarães no seu «Summario de Varia Historia» tambem trata do patriarcha D. Thomaz, descrevendo a grandeza do seu tratamento, o luxo e a magnificencia com que se apresentava em publico, e a entrada solemne na sua diocese.

Referindo-se aos cargos que D. Thomaz desempenhou, diz que

parece que havia falta de gente para os cargos naquella epocha! Por se nos afigurar interessante publicamos, nos documentos, a certidão de baptismo de D. Thomaz de Almeida, que até agora nos parece inedita, pois a não encontramos em nenhum dos muitos livros que se teem occupado do patriarcha.

Existe no precioso archivo da Egreja de Santa Engracia o assento de baptismo, cuja certidão o nosso presado consocio Monsenhor Doutor Alfredo Elviro dos Santos nos offereceu.

A Egreja parochial de Santa Engracia não soffreu ruina alguma com o terremoto do 1.º de Novembro de 1755, e portanto o respectivo cartorio é precioso, por datar da fundação da parochia que João Baptista de Castro assim descreve no seu «Mappa de Portugal».

«Inflamada do zelo e caridade christã, a serenissima infanta D. Maria por se achar moradora no sitio do Campo de Santa Clara, e visinha ao Convento da mesma Santa, fez desannexar da parochia de Santo Estevam, por breve de 30 de Agosto de 1568 do Papa Pio v, e consentimento do arcebispo eleito D. Jorge de Almeida, em 2 de Dezembro de 1569, uma grande porção de moradores, que ficavam extra muros desta cidade, erigindo de novo um prior, cura, e beneficiados, que se denominavam da parochia de Santa Engracia, cuja egreja se edificou por finta dos ditos freguezes desannexados».

## X

Temos presente o bello trabalho «Memoria Historica e descriptiva pelo Senhor Visconde de Sanches de Frias, que nos fornece muitos elementos para o nosso estudo, e que começa por este sublime pensamento, em que bem se espelha a grandeza da alma do seu auctor:

«A investigação e o registo do passado representam um culto devido á memoria dos que foram, ao mesmo tempo, laboriosos, intelligentes e bons».

Diz a citada Memoria, que Pombeiro, situado a éste de Coimbra, a uns 35 kilometros por estrada moderna, entre as villas de Poiares, Arganil e Góes das quaes dista legua e meia, fórma o centro da sua freguezia, está cercado, á vista, de povoações, que mais se lhe avizinham, e que parecem ter constituido uma só povoação, em outras eras, occupa uma bonita posição no ápice de um monticulo, que é o extremo declive da serra do salgueiral.

Compunha-se, em 1899, de 23 habitações, algumas das quaes não tinham moradores, com a população de uns 60 individuos de ambos os sexos, adultos e crianças.

Que da povoação de Pombeiro propriamente dita só existe como monumento, o vulto venerando da igreja parochial, cujo exterior é singelo e vulgarissimo em todas as suas linhas.

Que pelo que se deduz do primeiro livro dos assentos parochiaes (sete livros que existem no cartorio ecclesiastico de Coimbra) o templo primitivo, alpendrado e pequeno, foi ampliado e substituido pelo actual, que deve ter sido começado e concluido, no principio do seculo XVII, ao menos nas linhas geraes, por D. Maria de Bruyteiros da Cunha, filha do setimo senhor de Pombeiro, a que succedera, e cujo cadaver mandou vir de Casal de Alvaro, onde seu pae fallecera, para o encerrar no mausoleu cravado expressamente numa das paredes da Capella-mór, quando estas se levantaram. Durante as obras, os enterramentos do povo faziam-se no adro, e os das pessoas mais gradas sob o alpendre, junto ao limiar da porta principal. Na parte do referido livro consagrada aos obitos, no começo da folha 176, vê-se o assento de Antonio de Sequeira, filho de Luiza Ferreira, da villa, assignado a 18 de Janeiro de 1622, pelo padre Netto, que escreveu no alto da pagina: «primeiro defunto da Igreja nova», alguns enterramentos, conforme os assentos de obito continuaram a fazer-se no adro até 1644.

Que a fs. 26 verso, do mesmo livro, encontrou-se á margem esta louvavel, preciosa e elucidativa advertencia: «Disse-se a primeira missa na capella mayor na noute de Natal do anno de 1622; prérgou, a mesma noite, na dita Capella, Dom Antonio de Mendonça, frade de S. Cruz, filho de Manuel Nunes de Mendonça, e de Sabina de Sequeira, naturaes desta villa».

Claro é pois que a igreja data do começo do seculo XVII; e a inauguração solemne da sua capella-mór de 25 de Dezembro de 1622.

Que a igreja se compõe, internamente, de tres naves columnadas com cinco arcos por banda, pouco elevadas e falhas de elegancia pela mediana altura do tecto, partindo os primeiros arcos dos lados da porta principal, apoiando-se os ultimos na parede, onde se fórma o cruzeiro, e todos ao centro em quatro columnas doricadas.

Que os restos do archivo parochial se reduzem a um infolio, brochado em pergaminho, manuscripto e intitulado: «Livro de tomo dos

*passais da Igreja do Salvador desta villa de Pombeiro e das propriedades obrigadas a missas que defuntos deixaram que se disessem na dita Igreja».*

Foi mandado fazer pelo bispo—conde D. Manuel de Menezes, sendo prior o licenciado Jeronimo Soeiro e Senhor da localidade D. Pedro de Castello Branco, primeiro deste apelido, pelo casamento de seu pae com D. Maria Bruyteiros da Cunha, 9.<sup>a</sup> Senhora de Pombeiro.

Que os papeis do archivo parochial, anteriores ao meiado do seculo XVI, deveriam conter os documentos relativos aos priorados que antecederam os que constam do tombo; dessa epocha porém, curiosissima sem duvida para a historia pombeirense, não existe documento nenhum.

O tombo é um livro maltratado e anachronico, feito sem methodo nem intelligencia, tendo os documentos antepostos e pospostos uns aos outros, por não serem lavradas seguidamente. Este livro, além de memorandum de obrigações e direitos parochiaes e inventario das imagens e objectos do culto, era o registo feito, por certidão authentica dos notarios, de propriedades e bens da egreja, verbas de testamentos e legados pios de toda a classe de gente, que comprava sepulturas perpetuas e estabelecia obrigações de ementas e missas por sua alma. O primeiro documento do tombo data de 13 de Setembro de 1575, em que foi começado.

Que no cartorio ecclesiastico de Coimbra, estabelecido numa das modernas dependencias do Seminario, existem sete volumes dos assentos parochiaes de Pombeiro, que comprehendem os obitos de 1618 a 1744; os casamentos de 1618 a 1848; os baptisados de 1618 a 1854. Um livro dos assentos de obitos, que falta a esta collecção, a que já devia estar reunido, existia em mão do parcho por incuria dos seus antecessores, ao tempo em que foi escripta a Memoria em que temos colhido estas informações.

O primeiro livro intitula-se: «*Livro dos assentos dos bautisados, casados e defuntos desta parochial de S. Salvador de Pombeiro—anno de 1618*».

Estes dizeres, manuscritos em gótico, são seguidos de uma tosca illuminura representando as armas dos Senhores da terra.

O primeiro assento de casados, segundo a referida Memoria, é de 24 de Junho, dia de S. João, o de baptisados de 15 de Julho, e o de obitos de 11-do mesmo mez.

O segundo assento de baptisados, a 11 de Setembro, é assignado pelo Conego Thomé Nunes, fundador da Capela da Rainha Santa.

Os sete volumes da Collecção, mandados encadernar até á sua epocha pelo zeloso parochó Costa, foram mandados recolher a Coimbra por uma ordem da Provisoria, em Maio de 1787, como declara o termo final do sexto volume, dentro de 30 dias, sob pena de suspensão. A não ser semelhante medida providencial, esses papeis teriam a sorte das que pertenceram aos archivos ecclesiastico e civil, de que só resta o velho tombo.

Em seguida publica a resenha dos priores a começar em 1575 e a findar em 1892, anno da collação do prior que, ainda em 1899 quando se publicou a Memoria, exercia esse cargo.

O que diz com respeito a Diogo Mexia Godines é exactamente o mesmo que o nosso já referido obsequioso informador nos escreveu.

Diz ainda a Memoria que os senhores da terra nomeavam as justiças e auctoridades, e apresentavam os parochos, como padroeiros das egrejas, e como era de uso nos mais importantes dominios. Este privilegio está consignado no tombo da igreja no documento de um notario, que começa assim:

«Certifico e dou fé eu Diogo de Sequeira, tabellião publico, judicial, e notas nesta villa de Pombeiro e seu termo pelo senhor Dom Pedro Castello-Branco, senhor da dita villa, etc. . . .» (A pags. 7 v. e e pags. do appendice do tombo de Pombeiro).

Ainda, em meiado do seculo passado, 1758, se praticava essa prerogativa.

Natal de 1908.

(Continúa).

JULIO AUGUSTO FERREIRA



## A igreja e o mosteiro de Santa Joanna

A igreja e convento de Santa Joanna ficam na rua de Santa Martha. A fachada lateral da igreja deita para um pátio vasto, de bom aspecto, moldurado de construcções. Vou reunir aqui algumas noticias d'este extinto convento, que primeiro foi de frades de S. Domingos, e que depois do terremoto de 1755 foi povoado por freiras da mesma ordem.

«Do noviciado que de baixo da invocação da Beata Princesa Dona Joanna fabricam os religiosos de S. Domingos no sitio de Andaluz e da occasião que para isso tiveram.»

Este é o titulo de uma breve noticia que se encontra no codice n.º 145, *Historia de Lisboa*, da Bibliotheca Nacional, escripto nos annos da 1704 a 1708; vem na pagina 344.

Dom Alvaro de Castro antes de partir em companhia d'elrei D. Sebastião no anno de 1578 para a infelicissima empreza de Africa, ordenou seu testamento no qual instituo morgado, em que vinculou a sua quinta que tinha ao chafariz de Andaluz com outras fazendas mais que na visinhança possuia. Não havendo successão o morgado pertenceria ao convento de S. Domingos de Bemfica, com a condição de na quinta se fazer um convento dominicano. No anno de 1697 falleceu o ultimo possuidor do morgado, D. João de Castro Telles, sem deixar successão. Entrou o convento na posse da quinta de Andaluz, e o provincial que era o P.º Mestre Frei José Galvão deu principio á fundação, consagrando o futuro convento á memoria da Beata Princeza D. Joanna, e destinando-o á educação de missionarios para a India Oriental. El-rei D. Pedro II concedeu a licença por alvará de 20 de setembro de 1698, e o Arcebispo Cardeal Sousa por provisão de 3 julho de 1699, permittiu o começo da obra. Os alicerces da igreja começaram em 25 de novembro de 1699. Foi o bispo de Bona que lançou a primeira pedra da igreja. Na obra se empregaram certas contribuições da congregação dominicana na India.

Só depois de 1708 entrou este noviciado de missionarios a servir; o convento era modesto e poucos os habitantes. Mas a cerca era vasta.

Em 1755 o terremoto pouco damno fez ao edificio, e por serem poucos os frades, foram estes removidos para outro convento, e para este foram as pobres freiras, dos conventos da Annunciada e da Rosa, que soffreram ruina completa nos seus mosteiros lamentando muitas victimas do tremendo desastre. Por isto se explica a existencia em Santa Joanna de livros do côro que pertenceram a esses conventos de freiras dominicanas. O convento da Rosa, proximo de S. Lourenço na costa do castello, era pequeno, de construcção manuelina.

Transcrevo, agora a noticia que nos dá o codice de Gonzaga Peireira.

### Fundação desta Ordem e Templo

A Igreja de S. Joanna de Religiosas Dominicãs, foi fundada em 25 de Novembro de 1699 em uma Quinta de D. Alvaro de Castro, sita adiante de S. Martha, e como assistissem poucos religiosos, deu logar a que pelo terremoto do 1.º de Novembro de 1755, se recolhessem na Cerca as Religiosas d'Annunciada da mesma ordem. El-Rei Fidelissimo D. José I por sua especial mercê e dispendio de duzentos mil cruzados, mandou melhor erigir o Mosteiro que hoje se vê para nellas formarem o seo Convento perpetuo, bem como as Religiosas Dominicanas do Convento de N. Sr.<sup>a</sup> da Rosa, as quaes se reuniram pouco depois.

### Local

O seo local é no fim da Rua de S. Martha dentro de um Magestoso Frontispicio com as Armas Reaes, e dentro de um grande Pateo, sobre a direita está o novo Templo com frente lateral que olha para o lado do Sul.

### Grandesa e prospecto

A sua planta pode accomodar mais de 600 fieis.

### Capellas

Possue 8 capellas com a primaria, onde estão os Santos Fundadores, 3 Capellas do lado do Evangelho, 2 da Epistola, tendo a porta da Igreja no meio, 3 na frente da Igreja sendo a do centro a capella

mór, são ornadas de Imagens em vulto, e conservando-se tanto o Templo como os seus altares com muita decencia.

### Corporação Religiosa

Fica dito nos Conventos anteriores da mesma ordem o numero total de todos os Conventos de ambos os sexos, bem como a sua fundação, e distribuição no Reino.

Quanto ás Religiosas da Igreja da Rosa já demos ideia como foi a sua reunião neste Convento. Entre os grandes prejuizos que causou o Terremoto do 1.º de Novembro de 1755, foi sem duvida a Igreja da Rosa, não pela sua grandeza, mais pelo artefacto de que era enriquecida. Este Templo era todo formado de architectura gothica, e pela sua miudesa se fazia digno de memoria.

A porta do Templo era conforme a de Belem, com a differença de ser de metade do tamanho, não podemos tirar copia, pela brevidade com que o foreiro do Chão, e cerca, a mandou destruir pelos annos de 1824.

### Irmandades e Confrarias

Á porta desta Igreja ha uma Capella de N. Sn.<sup>ra</sup> que tem uma confraria de capa encarnada, aonde se conserva um Andador annualmente.

### Pintura

Toda a sua Igreja he ornada de famosos quadros pintados a óleo, todos allegoricos ao Culto Divino; não sabemos o seu author, nem ali nos derão noticia desta antiguidade.

### Esculptura

Todas as Imagens das Capellas são de escultura, e não são das mais antigas, as quaes se conservam com muita decencia; antes do paeo há uma Capellinha de Nossa Senhora da Piedade (de especial devoção dos seus Devotos). Toda esta Igreja dá perfeita ideia da Igreja do Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação; o côro é muito nobre (só lhe é superior Odivellas e Chellas) o tecto tem em partes algum estuque de relevo da escolla de João Grossi, que floreceu nesta arte

em Lisboa depois do terremoto de 1755, e foi author do tecto dos Paulistas, e de todos os milhores deste ramo feito na cidade de Lisboa.

### Architectura

A planta e córte são de muito bom desenho, o alçado da rua é soffrivel, e o da Igreja é muito singelo, a cupula da torre imita a muitas que ha em Cadiz; o Convento he magestoso, bem como todos os seus accessorios.

### Gravura

Temos visto algumas estampas que ali dão aos feis da Senhora da Piedade que são simples objectos desta classe, no ramo de Bellas Artes.

### Alteração posterior a 1833

Por decreto de 8 de Maio de 1834, foram todas as Ordens Religiosas, extinctas, conforme a mencionada lei.

S. Magestade Fidelissima concedeo ás Religiosas, ficarem nos seus mosteiros, conservando o Culto Divino, e fazendo todas as suas festividades e conservando com decencia o sagrado Lausperene, quando lhe fôr distribuido por ordem do Sr. Cardeal Patriarcha de Lisboa.

(Do Codice n.º 215, da collecção de manuscritos da Bibliotheca Nacional de Lisboa, de que foi author o desenhista e gravador Gonzaga Pereira.)

Quando terminou o convento de Santa Joanna os livros impressos e manuscritos tiveram os destinos marcados na lei. Os que não serviam ao culto actual nem á fazenda entraram na Bibliotheca Nacional de Lisboa, onde se juntaram aos de outros conventos extinctos. É uma collecção unica de livros de côro, muitos escriptos em pergaminho, de grande formato. Com os proprios de Santa Joanna vieram alguns da Annunciada e da Rosa, dos seculos 16.º e 17.º São monumentos estes codices com a sua musica, as illuminuras em pergaminho, as grandes iniciaes ou capitulares, e coloridas vinhetas. Monumentos d'arte e de instituições que passaram. Eu vou extrahir do meu cata-

logo, impresso em 1904, a parte que se refere ao convento de Santa Joanna.

### Livros do côro

#### 1.º

Encad. com metaes bons.—Pergaminho.—A pag. 54. *Mandou fazer este livro soror Barbora de S. Francisco o qual escreveu do principio até esta folha um religioso de S. João Evangelista, 1618.*—No verso da 1.ª folha. Desenho com figuras em grande moldura. *Aliqua sanctorum festa juxta ritum sacri ordinis predicatorum*, desenho á penna.—2.ª fl. Grande inicial dourada. Iniciaes variadas, executadas em varios estylos ou processos.

56 × 38.

#### 2.º

Encad. boa, com metaes.—Pergaminho.—Começa *Ad te levavi animam meam.*—O A inicial colorido. 138 fl. Sec. 17.

60 × 41.

#### 3.º

Em pergaminho.—Começa *In festivitate omn. sanctorum*. Iniciaes e tarjas illumiadas. Na tarja da 1.ª folha, uma série de bustos de santas, coloridos e dourados; a grande inicial com figuras, e fundo de xadrez; parece imitação de exemplar bysantino.

55 × 38.

#### 4.º

Na guarda diz *Annunciada.*—1.ª Em papel *Missa pro pace.*—2.ª Em pergaminho *Dominica in Septuagesima ad Missam introitus.*—Grande inicial e tarja sobre fundo dourado. No final *Sor Isabel da Visitação, anno 1632.*—Tem muitas iniciaes illuminadas. 80 fl.

63 × 42.

#### 5.º

Encadernação notavel. Cantos e centro com a cruz de Malta. Em pergaminho. Inicial desenhada por acabar.—1.ª linha *Quasimodo geniti infantes.* 150 fl.

60 × 40.

## 6.º

Encadernação notavel. Centro, cantos, fechos e pregos. Couro lavrado. No centro o cordeiro. Pergaminho.—1.ª fl. Grande inicial A (Asperges), em fundo dourado: uma freira dominicana, que parece retrato; na base da illuminura *Caterina do Presepio*.

A fl. 84 v. *Este livro e o sanctural das missas mandou fazer Caterina do Presepio, freira professa deste moesteiro de nossa snora da Rosa, dos quaes fez serviço a casa por sua devação no anno de 1588.*—Segue, em pergaminho, até fl. 91.

62 × 40.

## 7.º

Encadernação em couro lavrado com dourados. Pergaminho. Iniciaes e tarjas illuminadas.—1.ª fl. *In die sancto Pasche ad matutinum invitatorium*.—No final *Este livro he do moesteiro de nossa Snora da annunciada de Lixboa. E mãdou fazer A madre dona britiz de meneses segunda prioressa e primeira deste moesteiro e foy scripto he acabado no anno de . . .* (em branco) *por soror antonia indina serva das servas de Deus.*

67 × 46.

## 8.º

Encadernação sem character, arranjada modernamente. Em pergaminho.—Começa *Incipit missalle dominicale a Pascha usque ad Adventum secundum ordinem fratrum predicatorum*.—Inicial e tarja de illuminura. fl. 4 v. A Resurreição, boa miniatura, e assim a tarja.—Numerado por paginas, 137. *Este livro he do mosteiro de nossa senhora annunciada de lizboa a madre dona Joana da Silva primeira prioressa delle ho mandou fazer e ho pagou do dinheiro da sua legitima. Joham Fernandes capelam do cardeal ho escrepree no anno de 1525.*

54 × 37.

## 9.º

Encadernação antiga, em máo estado. Couro lavrado e dourado pregos. Pergaminho. *Incipit liber in quo continentur officia propria sanctorum Julii et Augusti*.—*Infesto beati Dominici*; inicial grande, colorida e dourada, com tarja, (S. Domingos). *Mandado fazer por dona Britiz de Menezes segunda prioressa em 1551 por soror Antonia. . .*

mandou encadernar ao muito virtuoso *Sebastiam Dias*, isto se acha lavrado no verso da ultima folha.

58 × 40. 10.º

Encad. antiga. *Festas de dezembro*, em caracteres dourados, na capa.—Em pergaminho.—Começa *In vigilia sanct' Andree*.—Inicial e tarja de boa miniatura colorida.

56 × 37. 11.º

Encad. carunchosa, couro lavrado forrando taboas, devastadas; os buracos passam as primeiras e ultimas folhas. *Endoenças*.—1.ª fl. *Domine puer meus*. Falta de folhas no começo. Em pergaminho.

54 × 36. 12.º

Encad. em máo estado.—Começa (guarda da capa) *In die de septem doloribus B. Mariae Virgini*.—1.ª fl. *Post Communio*.—2.ª fl. v. Grande inicial, illuminada V (erbum).—Em pergaminho.—No final, na capa, um bilhete *Annunciada*. 141 fl.

59 × 40. 13.º

Capas e folhas proximas picadas da traça. Todo em pergaminho.—*Dominica in passione*, na 1.ª fl. Inicial e tarja.—Bilhete na capa *Annunciada*.

57 × 39. 14.º

Encadernação recente. Todo em pergaminho. 1.ª fl. v. Inicial e tarja.—*Incipit officium commune sanctorum*...

55 × 37. 15.º

Em papel e algumas folhas em pergaminho.—Primeirantente a *Missa de S. Theotonio*.—Em pergaminho *Missa quinque plagarum*.

54 × 38.

## 16.º

Todo em pergaminho.—*Incipit missale dominicale*.—Inicial e tarja illuminada, 46 pag. numeradas e outras sem numero marcado.—No Kyrie, Sanctus, Agnus dei iniciaes e tarjas grandes, pouco vulgares.

56 × 38

## 17.º

Encadernação antiga, boa, couro lavrado. Nas capas ao centro, em caracteres dourados, *Comus de Paschoa*, e tambem *Danusiada* (De a Annunciada).—Começa *In comuni unius apostoli seu plurimorum, seu unius evangelistae*.—Algumas iniciaes ornadas de rostos de freiras, frades, e phantasias.

54 × 37.

## 18.º

Encad. ant.—*Dominica prima in adventu Domini*, I fl. v. Inicial e tarja.

54 × 37.

## 19.º

Encad. recente.—Em pergaminho.—1.<sup>a</sup> *Gloria patri et filio*.—2.<sup>a</sup> *In assumptione beatae Virginis Marie*.—Inicial e tarja, com instrumentos musicos. Algumas figuras nas iniciaes, rudimentares.

51 × 26.

## 20.º

Encad. recente. Tem indice; festas de santos.—Em pergaminho.—1.<sup>a</sup> fl. *Kyrie leyson*.—5.<sup>a</sup> fl. Outra escripta. Faltam fl. 11 e 12.—13. *Incipit missale de sanctis secundum ordinem fratrum predicatorum*.—60. Grande inicial. Annunciação. Foi muito cortado quando se fez a encadernação moderna.—123. Em uma grande inicial S. Domingos e um grupo de religiosos da ordem.—fl. 237 v. *Este livro he do moesteiro de nossa snra da anuciada de Lixboa e a madre dona Joanna da Silva primeira prioressa delle ho mandou fazer de hua esmolla que dona Maria Freire leixou por sua alma ao dito moesteiro e foy escripto apontado e acabado no anno de 1524 per Joham fernandes capellam do car-*

deal.—f. 288. *Estas são as missas que não estão no missal: relação em papel. Numerado até 294.*

49×33. *Incipit missale domini...* 21.º

Encad. ant. A meio da capa, em letras douradas. Santos de janeiro, fevereiro e março.—1.ª fl. *Officia sanctorum que propria habent, et in mense januarii, februarii et martii celebrantur*; em letras vermelhas, moldura ornamentada, em pergaminho; muito picado nas taboas da capa, primeiras e ultimas folhas.

54×36.

22.º

Encad. antiga.—Em pergaminho.—Na capa, em letras douradas: *Ann. (Antiphone) et responsoria á Nativitate domini, usque ad Purificationem*. 1.ª ff. *Aleluia*. 2.ª *Rex pacificus*. Grande inicial e tarja.—No final. *Este livro he do moesteiro de nossa senhora Annunciada de Lisboa. E mandou ho fazer dona Briatiz de Meneses segunda prioressa delle no anno de mil e quinhentos e XXVIII. E pagousse...*

54×38.

23.º

Encad. antiga: couro lavrado, pregos.—Todo em pergaminho. Iniciaes bem desenhadas e coloridas.—Na capa, face interna, um bilhete. *Annunciada*,—f. 1.ª Grande inicial, um golphinho. *Igitur perfecti sunt celi et terra*.—A fl. 16 v., 28, 29, etc. grandes iniciaes datadas 1612.—Numerado por folhas até 76; segue em execução inferior.—Uma folha com o escudo de S. Domingos *In festo omnium sanctorum ordinis nostri*.—Desenho á penna: em um coração. *Solo á Dios quiero*.

55×37.

24.º

Encad. antiga, lavrada, com pregos e fechos. Em pergaminho.—1.ª fl. *Incipit proprium de sanctis per anni circulum. In vigilia sancti Andree*.—Inicial e tarja colorida. Sec. 16.

53×35.

## 25.º

Em pergaminho. *Diurnale secundum usum ordinis fratrum praedicatorum*; este lettreiro na folha de guarda, de pergaminho, sob o escudo de S. Domingos, fl. 1 *Dominica prima post octavas epiphaniae*—Iniciaes rudes.—Depois *Deus, Deus meus*, tarja desenhada e colorida. Adiante, *Incipit hymnarios de tempore et de sanctis*; tarja desenhada á penna com tinta vermelha. Folhas cortadas. A  $\frac{3}{4}$  do livro: *Este livro he do mosteiro de nossa Senhora dannunciada de Lisboa. Mandou escrever a Madre dona britiz de menezes segunda priuressa e primeyra deste moisteyro. Foi acabado na era de M. e b e l (1550) per soror Antonia escrava das servas de Deus.*—Adiante: *Si quaeris miracula*; a inicial S bem desenhada e colorida; outras iniciaes pequenas ou grandes, de boa arte, eguaes ás do codice 23 deste mosteiro.

44 × 32.

## 26.º

Encadernação especial, taboas forradas de veludo verde, com metaes; cantos, pregos, em metal amarello, aberto ou alumiado; cruces de S. Domingos, flores de liz, etc.—Em pergaminho.—1.ª fl. *Hymni quos in solemnioribus ecclesiae festiuitatibus illustris Chorus Monialium Ordinis Praedicatorum per anni circulum decantat in Conventu B. Virgini de Rosario dicato. Anno domini 1654.*—Isto dentro de um medalhão oblongo feito á penna.—Uma guarda de seda verde, bem conservada.—Grande illuminura. S. Domingos de joelhos ante N. S.ª; manto aberto abrigando á esquerda (da Senhora) freiras, e á direita frades de S. Domingos; ao fundo a vista da cidade.—Grande inicial — *S. Domingos.*—Começa: *Conditor alme.*—Iniciaes boas, algumas coloridas.—Em pergaminho; 78 fl. numeradas e 1 de indice.—A fl. 78 v. *Finis. Laus Deo. P. Fr. Joannes de Nivibus. Ord. S. Augustine, fecit totum 1654.* Isto dentro de um ornato feito á penna. Mais duas fl. de pergaminho, de escripta moderna: *In festo quinque plagarum.*

44 × 29.

Outros codices manuscritos vieram do convento de Santa Joanna, que foram agrupados no chamado *fundo antigo* da Bibliotheca Nacional de Lisboa. O cod. 7:927 tem por titulo *Orações christans.*

Entre varias orações triviaes, das que se encontram em todas as

collecções, tem algumas particulares, ou especiaes á ordem dominicana. «Oração do beato Jordão, segundo geral da Ordem dos Prégadores a seu e nosso S.<sup>mo</sup> P.<sup>o</sup> São Domingos. Orações particulares a S. Domingos».

O codice n.<sup>o</sup> 7:939 pertenceu ao antigo mosteiro da Rosa. É um — Manual de diversas orações para exercicio de qualquer alma christan e religiosa.— Tem a oração do Papa Alexandre VIII; a do sangue precioso, as dos Santos auxiliadores, cujos nomes séguem com os seus respectivos numeros.

1. São Jorge
2. S. Braz
3. S. Erasmo
4. S. Pantaleão
5. S. Victor
6. S. Christovão
7. S. Eustaquio
8. S. Dionisio
9. S. Cyriaco
10. S. Acacio
11. S. Magno
12. S. Egidio
13. S. Domingos
14. S. Jacintho
15. S.<sup>a</sup> Margarida
16. S.<sup>a</sup> Barbara
17. S.<sup>a</sup> Catharina.

O codice 8:459 veio tambem de Santa Joanna; pertenceu ao mosteiro da Rosa, a S. Lourenço, e tem alguma importancia. Fez-se este livro para escrever nelle os termos das profissões, mas serviu depois para lançar contas da fazenda, juros e rendas. Em breves linhas conta que o mosteiro da Rosa foi fundado em 1518 por Luiz de Brito e sua segunda mulher D. Joanna d'Athayde, sendo depois protegido por D. Lourenço de Brito, visconde de Ponte de Lima, bisneto do fundador. Este livro das *Profissões do convento de Nossa Senhora do Rosario da Rosa* foi feito no tempo da M.<sup>a</sup> Soror Maria Leonor prioreza e soror Catharina Thereza, secretaria, em 1742.

Hoje o edificio de Santa Joanna está em grande parte destruido. Na parte que olha para a rua installou-se, muito acanhadamente, um archivo dos Proprios Nacionaes; na construcção baixa, na esquerda do páteo, está uma dependencia da Santa Casa da Misericordia. Os grandes dormitorios, as series de quartos das freiras foram desfeitos. Está de pé a igreja e o côro de cima. Este ameaça ruina rapida, mas ainda lá avistei muita obra de talha dourada e polychromica, de que talvez fosse ainda possivel salvar alguns trechos. O tecto da igreja está fortemente rachado, o abalo de 23 d'Abril ultimo alargou a fenda. Para conservar a igreja será preciso aguenta-la com linhas de ferro. Ha n'esta igreja cousas que merecem notar-se; as grades dos côros são muito interessantes, e de rara fórma. Os azulejos são bons; tem imagens de boa esculptura. Um grupo de devotos conserva o culto, e será isto base da salvação da igreja e das suas obras d'arte se acaso as necessidades da civilisação não destruirem tudo. Ainda ha poucos dias ali houve lausperene; o antigo sino das freiras fez ouvir os seus repiques argentinos; passando por ali, ouvindo o repique festivo, e agudo, entrei um tanto admirado, porque imaginava que nada existia já da artistica igreja.

Pois ainda lá vi uns devotos e devotas, ainda me cheirou a rosas e incenso n'aquelle artistico meio. A minha devoção por objectos d'arte e archeologia leva-me a respeitar e estimar a devoção religiosa e catholica que sabe conservar templos e culto. Alli ha pinturas em tela e nos estuques, azulejos, obras de talha, esculptura de imagens, rendas e bordados de paramentos, e as lindas grades de ferro tão singulares.

O conjuncto da igreja é muito fino; que falta se sente ali da antiga musica religiosa, das vozes afinadas das freiras entoando os seus hymnos e psalms. Pobres freiras! foram expulsas, exterminadas em nome do progresso; apanhados os seus bens. E vejam como a *fazenda* está rica, e a sociedade cada vez mais sã e livre.

Quando na Bibliotheca Nacional entraram os livros dos conventos de freiras, livros mysticos, breviarios, etc. alguns muito velhinhos e arruinados, lembrei-me de reunir em *albus* as pequeninas estampas, bentinhos e signaes; cousas que ninguem aproveita; isto deu em resultado uma collecção significativa, direi mais, a que eu acho especial poesia.

Raro era o livro que não trouxesse, aninhado nas suas folhas, um *santinho*, um papel; frequentemente muitos papeis; cartas, bilhetes de visita, fitas, receitas, pedaços de renda, papeis recortados á thesoura, bilhetes de penitencia, orações, folhas ou flores seccas, centos e centos de *souvenirs* conventuaes. É uma collecção unica. Confesso que cheguei a penetrar-me de piedosa ternura ao collar nas folhas do *album* essas recordações ingenuas de institutos religiosos que desapareceram. Muitas folhas de um desses *albums*, o n.º 10, tem as estampas do convento de Santa Joanna, os bilhetes, as orações, muitas pequenas cousas diversas, que nos lembram por vezes inesperados aspectos da vida monastica.

GABRIEL PEREIRA.

## MANUSCRIPTOS COM ILLUMINURAS

No tomo VII. d'este Boletim (1897, n.º 11. pag. 161-166) publiquei a relação dos codices mss. illuminados da Bibliotheca Nacional de Lisboa: chegando ao n.º 151. Entraram depois outros codices que vou descrever.

152. *Regra do bem aventurado nosso padre santo Agostinho.*

Cod. em pergaminho, que pertenceu ao mosteiro de N. Senhora do Paraiso, de Evora. Votos de profissões; livro dos officios da Ordem. No fim: «Este livro mandou esprever a muyto magnifica senhora a senhora Margarida de Grãa prioresa do mosteiro de Santa Maria do Paraiso da cidade de Evora. Acabou-se na E. M. b. xxx. bij (1537)».

153. *Compromisso* da irmandade do S.<sup>mo</sup> Sacramento do convento de S. João da penitencia da villa de Extremoz... Sendo prioresa a Madre Anna da Conceição no anno de 1646. Em papel finamente recortada a representação da custodia. Encadernação forrada de velludo carmesim. Offerecido pelo sr. Pery de Linde em 1899.

154. *De insulis et peregrinatione Lusitanorum*. Estas palavras estão na capa de madeira. Na lombada: *De miris et peregrinatione lusitanorum*. M. S. Peuting. Em papel. E' uma copia terminada em 1848, da compilação feita por Valentim Fernandes Allemão. O original pertence á Bibliotheca Real de Munich. Tem muitas cartas ou plantas das ilhas do Atlantico. Comprado em 1898 aos herdeiros de Andrade Corvo.

155. *Collectaneum sacri ordinis cisterciensis. Pertinet ad regale primatiale monasterium sancti Joannis de Tarouca*.

Em pergaminho; boa encadernação em marroquim vermelho com finos dourados. Boas illuminuras (algumas cortadas). Está assignado e datado: *F. Thoma Aquinate calamo et peniculo exaratum*. 1735.

156. *Pratica da arte de navegar composta por o cosmografo mor Luis Serrão Pimentel ano de 1673*. E' escripto em papel. Tem cartas maritimas, interessantes, indicando baixos e sondagens. Cabo de Finisterra, Ponte Vedra, Caminha, Vianna, Villa do Conde, Porto, Aveiro, Peniche, Berlengas, Cascaes, Lisboa, Espichel, Cezimbra, Setubal, Cabo de S. Vicente, Sagres, Portimão, Faro, Tavira, Saltes, S. Lucas, Santa Catharina, Cadiz, Gibraltar, Tanger, Ceuta, Maranhão, Rio Grande, Baixos de S. Roque.

157. *Livro das Ordens e Manobras nos campos dos Olhos de Agua e no ataque e defença do Rio Frio no anno de 1767*. Feito por Guilherme Elsdén, tenente coronel. Lisboa, 18 de junho de 1768. Rosto com ornato rococó, finamente aguado, e assignado Ignacio José Leão, ajudante. Vinhetas, iniciaes ornadas. Encad. em marroquim com seus dourados, e o brazão do Marquez de Pombal.

158. *Gibraltar*; carta do estreito e do porto; vista da bahia. Desenho e aguada em papel. Folha dobrada, em capa de cartão. Avista-se um grande acampamento. Navios fundeados, outros navegando, com varias bandeiras, desenhados com minucia. Parece ser do meiado do sec. 18.º.

159. *Carta de mercê* de brazão d'armas dos Reis Tavares, concedida por D. Isabel Maria, regente de Portugal, em 1827. Em perga-

minho, 6 fl. com titulo, tarjas e brazão illuminados. Enc. em marroquim vermelho.

160. *Thesouro da Nobreza* das familias gentilicias do reino de Portugal por fr. Manuel de Santo Antonio, reformador do cartorio da Nobreza, e seus escudos se acham desenhados pelo discipulo do author Luis Antonio Xavier pelos annos de 1800 como se vê no outro volume d'esta obra.

161. *Thesouro da Nobreza*: brazões coloridos. Grosso volume de 236 fl. em papel. E' obra muito consultada.

162. *Desenhos* a que se refére a *Memoria* ácerca d'uns restos de *Thermas Romanas* existentes em Lisboa (a *Memoria* aqui mencionada é de Martins d'Andrade).

Aguarellas de fina execução de José Valentim de Freitas.

- I. Planta das thermas.
- II. Cryptas.
- III. Córtes.
- IV. Lettreiro romano.
- V. Cortes longitudinaes. Pedações de marmore, fragmentos de tijollos, de cimentos, desenhados e aguarellados com uma execução extraordinaria.
- VI. Cryptas.
- VII. *Thermas dos banhos dos Cassios*.
- VIII. Lettreiro.
- IX. Fragmento de vaso vitreo.

As aguarellas de Valentim de Freitas são primores d'arte.

163. *Carta de brazão d'armas* de Antonio José de Afonseca Mimoso, 1775; concedido por el-rei D. José. Brazão colorido e dourado. Em pergaminho; a primeira folha tarjada.

GABRIEL PEREIRA.

REAL ASSOCIAÇÃO  
DOS  
ARCHITECTOS CIVIS E ARCHEOLOGOS PORTUGUEZES

---

Relatorio do movimento da Bibliotheca  
da Associação em 1908

Senhores:

Determina o artigo 33 dos estatutos, que regem esta Sociedade, que o Bibliothecario dê noticia á Associação das obras que dão entrada na sua Bibliotheca.

Pelas relações publicadas no Boletim desta Collectividade demos conhecimento aos nossos consocios, pela fórmula determinada em Assembléa, das publicações adquiridas durante o anno proximo findo, tanto por offerta como por compra; bem como das suas materias e proveniencia; satisfazendo assim o dever do nosso encargo e nada tendo a acrescentar a este assumpto.

Dispensavel era pois a apresentação deste relatorio se um sentimento de reconhecimento não nos impuzesse o dever de chamar a attenção da Assembléa para serviços especiaes prestados a esta Sociedade para melhoramento e desenvolvimento da sua Bibliotheca; serviços dignos da nossa consideração e louvor.

Em 9 de Novembro preterito officiámos ao Ex.<sup>mo</sup> Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar, o sr. Augusto de Castilho Barreto e Noronha, solicitando de S. Ex.<sup>a</sup> a fineza da cendencia de algumas das obras em deposito nos archivos do Ministerio a seu cargo a favor da Bibliotheca desta Associação.

Em 19 do mesmo mez, recebemos um officio do sr. Director General daquelle Ministerio communicando-nos que S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro punha á disposição desta Sociedade noventa e oito volumes sobre diver-

sos trabalhos publicados por aquella Secretaria de Estado. Ali nos foram entregues no dia 9 de Dezembro ultimo.

O sr. Conselheiro Augusto de Castilho, membro illustre duma familia que tem o nome vinculado ás lettras, que pela sua vasta illustração e saber tem a comprehensão clara e precisa de que as faculdades intellectuaes se desenvolvem e progridem pelo trabalho perseverante e assidua cultura; garantia-nos de sobra a esperança da sua annuencia á nossa pretensão de auxiliar com elementos que desenvolvessem e valorisassem a Bibliotheca duma Sociedade que se desvela em ampliar o thesouro dos seus conhecimentos para bem cumprir a sua missão civilisadora.

Confirmou S. Ex.<sup>a</sup> a nossa previsão dando a esta Associação uma demonstração de consideração, de deferencia aos seus desejos, e um testemunho de apreço pela generalisação da cultura intellectual; testemunho natural e proprio de quem não só conhece o valor da instrucção, como sabe colher o fructo aureo que dá o estudo!

O estudo nutre e fortifica o espirito pelas grandes verdades que lhe fornece; desenvolve os conhecimentos, multiplica, aviva e esclarece as ideas; dissipa prevenções e corrige prejuisos.

Por elle adquirimos o habito precioso do trabalho, fonte benefica e inexhausta de moralidade, independencia e riqueza; por elle conhecemos que a verdadeira felicidade do homem é inseparavel da virtude que o torna recto e justo, que lhe dá tranquillidade de espirito e paz á consciencia! Por elle o homem progredirá em *rhythmo harmonico* e consoante com a civilisação, com a moral, com o dever!

Aqui deixamos consignada a expressão do nosso reconhecimento e louvor ao sr. Conselheiro Augusto de Castilho por este importante e apreciavel donativo.

Louvor e reconhecimento é tambem devido aos nossos consocios, em seguida nomeados, pelos seus serviços, que provam interesse e dedicação pelos progressos da nossa Bibliotheca.

Ao sr. Silva Leal pela boa e espontanea vontade em continuar o trabalho de collocar em exposição varias photographias representando diversos monumentos nacionaes, e pela offerta de dois quadros esmeradamente emoldurados com duas vistas, muito curiosas de Lisboa; uma de 1582, outra gravada por Schorquens sobre desenho de Domingos Vieira Serrão, com data de 1619, e tres pequenas reproduções dum quadro em azulejos existente no palacio historico dos

Condes d'Almada ,representando factos referentes á gloriosa restauração de 1640.

Ao sr. Gabriel Pereira devemos quatro bellas phototipias da igreja e do claustro da Madre de Deus, e uma reprodução photographica dum quadro em azulejos representando a Ribeira Velha onde se destaca a notavel casa dos bicos como existia em 1700.

A Monsenhor Elviro dos Santos uma photographia do busto de Santa Engracia que foi legado á fabrica ou á Junta de Parochia da freguezia da invocação daquella santa.

Foi o anno findo um em que mais consultada foi a nossa Bibliotheca pelos nossos consocios, para o que não só concorreu o seu interesse pelo estudo, como a catalogação a que se procedeu que lhes deu conhecimento das obras alli existentes e facilita a sua procura.

Em poder do nosso digno e muito zeloso Thesoureiro existem os documentos das despezas que fizemos com compra d'obras, encadernações e melhoramentos necessarios para a boa ordem da Bibliotheca. Desses documentos terá a Assembléa conhecimento quando o sr. Thesoureiro apresentar o seu relatorio e contas do anno findo.

Archivámos os numeros que se acham publicados do tomo XI do nosso Boletim, que inserem trabalhos muito interessantes e valiosos dos nossos consocios, como esta Associação tem tido oportunidade de apreciar; porém devemos informar a Assembléa, para sua intelligencia e devido agradecimento, que o sr. Cunha Brandão espontaneamente mandou tirar á sua custa duas das photographias que acompanham o seu importante e bem elaborado estudo sobre as «Ruinas do Carmo» e que o sr. Mendes Guerreiro tambem quiz evitar a esta collectividade o dispendio com as numerosas illustrações que elucidam a sua notavel publicação sobre a «Conservação dos Monumentos Egyptios», (!) pagando á sua custa todas as que adornam o seu instructivo trabalho, fructo duma intelligente e reflectida observação e consciencioso estudo durante a sua viagem atravez do Egypto.

Devemos aos nossos consocios estudos que honram as paginas do nosso Boletim e ao sr. Mendes Guerreiro a gentileza de poupar á Sociedade uma despeza não inferior ao valor total das quotas dum socio durante o largo periodo de vinte annos!

---

(!) Reprodução da conferencia feita por Sua Ex.<sup>a</sup> em sessão de assembléa geral celebrada a 6 de Junho de 1900.

Os nossos sinceros agradecimentos e applausos aos nossos prezados collegas pelos seus bons serviços.

Para o archeologo que procura conhecer a evolução das sociedades humanas, tem um interesse capital o estudo dos monumentos que manifestam a remota civilização egypcia; tão remota que já declinava quando a Grecia, ainda na infancia, tentava os primeiros esforços para se emancipar do seu estado barbaresco!

Pela singular architectura dos seus grandiosos monumentos; pelas estatuas colossaes que os adornam; pelos baixos relevos que os embellezam; pelos vestigios de arrojados emprehendimentos para desenvolvimento da riqueza publica; por todas estas poderosas manifestações de grandeza dum povo que attingiu um alto grau de civilização, attrahiu o Egypto, desde muito, a curiosidade dos viajantes e o interesse dos estudiosos; porém depois de publicada a grande obra redigida pela commissão de sabios aggregados á expedição commandada pelo general Bonaparte em 1798, é que aquelle notavel paiz se tornou mais conhecido na Europa e mais despertou o interesse dos eruditos em desvendar o mysterio que envolvia os extranhos caracteres que cobrem os seus monumentos; mysterio que durante seculos desafiou e irritou uma curiosidade esteril!

Champollion, auxiliado pelo estudo do copto, estudo que Zoëga iniciou, e por uma inscripção hieroglyphica, encontrada em Rosetta, tendo junta a sua traducção em grego; pôde, graças á penetração do seu espirito, achar a chave daquelles singulares caracteres, tanto mais difficeis de interpretar que não só representam sons phoneticos, contêm representação ideographica ou symbolica!

Obtida esta importante descoberta, uma pleiade de sabios investigadores empenhados em reconstituir a historia desse povo celebre; de apresentar na ordem do seu desenvolvimento historico os grandes povos da antiguidade; determinar a parte que cabe a cada um na obra commum do trabalho e do progresso que se continuou pelos seus effeitos concretos e successivos até ao advento do christianismo e até á formação do mundo moderno, dirigiram uma attenção especial para o Egypto por onde logicamente tinham de principiar o estudo das civilizações em qualquer dos seus aspectos.

Conseguiram esses benemeritos da sciencia, salientando-se Letrone, Mariette, Lenormant, Maspero e Rougé, esclarecer muitos factos importantes da historia daquelle singular paiz que Herodoto e Diodoro não puderam descobrir nem conjecturar.

Os Egypcios mantiveram os seus costumes, a sua religião, as suas artes mesmo depois da queda do seu imperio. Dominados pelos Persas, pelos Gregos, pelos Romanos, conservaram os seus antigos habitos, os seus animaes sagrados, as suas mumias, os seus hierogliphos, até que lentamente se extinguiu a sua çivilisação que desapareceu entre os seculos terceiro e sexto da era christã.

Se a imponencia desses monumentos, que attestam o poder e orgulho dos Pharaós e parece desafiam a edacidade dos seculos, nos causam uma justa admiração pelas artes que floresceram nessas epochas remotas, um sentimento elevado e nobre de humanidade nos inspira uma profunda compaixão por esses numerosos escravos, arrancados á familia, á patria e espoliados dos seus haveres, forçados pelo açoute a cimentar com lagrimas de dôr esses padrões altivos duma grandeza passada e symbolo do duro jugo que vergou milhares de infelizes!

Na avançada idade em que nos achamos, o espirito amortece; fallecem as forças; arrefece o enthusiasmo; declinam as aptidões!

Se esta decadencia, natural consequencia, do peso dos annos, se reflectiu no desempenho do encargo que nos foi commettido, confiamos que a Assembléa mais uma vez nos dê prova da sua benevolencia relevando qualquer falta involuntaria que houvessemos commettido.

Sala das sessões em 18 de Março de 1909.

O conservador da Bibliotheca

VISCONDE DA TORRE DA MURTA

---

Commissão incumbida pelo governo de formular regulamentos para construcções em terrenos sujeitos a abalos sismicos.

Sua Magestade El-Rei tendo em vista que dos desastrosos effeitos causados em algumas localidades pelos abalos de terra do dia 23 do corrente se tire todo o possivel ensinamento quanto aos typos, materiaes e processos de construcção mais apropriados para as regiões sujeitas a movimentos sismicos: ha por bem ordenar que uma commissão constituida pela fórmula abaixo designada, visitando as localidades

mais flagelladas, e estudando as diferentes fórmãs de derrocada, formule os alvitres e preceitos, que a sua competencia e a lição dos factos lhe suggerir, não só para a reconstrucção das povoações arrasadas e consolidação do que ainda seja aproveitavel, como tambem, em geral, para as construcções que em outros pontos do paiz hajam de levantar-se.

A commissão que será presidida pelo engenheiro inspector de edificios publicos terá por vogaes:

Os engenheiros directores das obras publicas dos districtos de Lisboa e Santarem;

Os chefes das secções de edificios publicos das mesmas direcções;

O engenheiro chefe da Circumscricção Mineira do Sul;

Um delegado designado por cada uma das seguintes associações:

Associação dos Engenheiros Civis Portuguezes;

Real Associação dos Architectos e Archeologos Portuguezes;

Associação dos Conductores de Obras Publicas;

Sociedade dos Architectos Portuguezes;

O engenheiro subalterno de 1.<sup>a</sup> classe, chefe de secção na Direcção das Obras Publicas de Santarem, Diocleciano Alberto Feio de Carvalho;

O architecto Arnaldo Redondo Adães Bermudes, que servirá de secretario.

Paço em 27 de abril de 1909.—D. Luiz Filippe de Castro.

(*Diario do Governo* de 28 de abril).

---

## RECTIFICAÇÃO

À

ACTA N.º 35

---

Porque não assisti á sessão da assembléa geral da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes, que immediatamente se seguiu á de 11 de dezembro de 1908, cuja acta acabo de

ler em o n.º 9 do tom. XI do *Boletim*, não pude rectificar a parte que se refere ás considerações que naquella sessão apresentei ácerca da fachada da igreja conventual do Carmo,—hoje séde da Associação.

Não disse, como na alludida acta ficou exarado, que a reintrancia dos corpos lateraes não é da primitiva traça. O que disse, foi que os vãos rectangulares, abertos nesses corpos, representam notas absolutamente discordantes, convindo por isso modificá-los, restabelecendo os vãos primitivos, ogivaeas, ou talvez antes fazê-los desapparecer, visto que nenhum documento se conhece, que possa elucidar-nos ácerca das proporções e traçado d'essas janellas, antes de transformadas, podendo apenas ter-se como certo que fechavam em ogiva.

Faço agora, por este modo, a necessaria rectificação.

Maio, 22, de 1909.

D. JOSÉ PESSANHA.

---

ACTA N.º 36

Sessão de Assembleia geral de 7 de Janeiro de 1909.

Presidencia—Rosendo Carvalheira.

Secretarios { Mattos Sequeira.  
Costa Campos.

Foi aberta a sessão ás 9 horas da noite, estando presentes alem da mesa os dignos socios, srs. Eduardo Augusto da Rocha Dias, Antonio Cesar Mena Junior, Felix da Costa, João Verissimo Mendes Guerreiro, Sebastião da Silva Leal, Julio Augusto Ferreira, Visconde da Torre da Murta, Jesuino Arthur Ganhado, Dr. Arthur Lamas, João Rodrigues Fernandes, José Alexandre Soares, Victor Ribeiro e Ernesto da Silva e depois de lida a acta da sessão antecedente que foi aprovada com uma alteração feita pelo sr. Antonio Cesar Mena Junior, que declarou não ter sido elle, mas sim o sr. Rocha Dias que propuzera se lançasse na acta um voto de sentimento pelo falecimen-

to da irmã do sr. Eduardo Freire de Oliveira, passou-se á leitura do expediente que constou dos documentos seguintes:

1.º Telegrama do digno socio sr. Conde de Sabugosa desculpando-se de não comparecer por ser a sua presença necessaria na sessão da Academia Real das Sciencias. A assembleia tomou d'este documento o devido conhecimento, congratulando-se pela atenção do seu vice-presidente, cuja significação é eloquente e valiosa;

2.º Cartão de visita do digno socio sr. Jordão de Freitas desculpando a sua ausencia por absoluta impossibilidade;

3.º Officio do digno socio Mr. Elviro dos Santos, enviando copia do officio enviado ao sr. Conselheiro Augusto José da Cunha, a resposta recebida deste senhor e uma proposta para que nenhuma assembleia geral da Associação se realice sem que os socios sejam avisados com antecedencia de cinco dias pelo menos, isto emquanto não tiver novos estatutos;

4.º Officio do sr. Eduardo Freire de Oliveira agradecendo o voto de sentimento exarado na acta da sessão antecedente pelo falecimento de sua irmã;

5.º Officio identico do sr. Conselheiro Pina Vidal agradecendo o voto de sentimento pelo falecimento de sua esposa;

6.º Cartão de agradecimento da Familia do falecido numismata Manuel Joaquim de Campos;

7.º Officio da Direcção Geral de Estatistica do Uruguay solicitando a troca das obras cuja publicação promova com aquellas que porventura edite ou promova a nossa Associação. A assembleia tomou conhecimento deste documento, resolvendo officiar-se áquella estancia publica acedendo ao seu pedido;

8.º Officio-circular da Comissão Executiva do Grande Congresso Nacional solicitando a nossa adhesão á sua louvavel iniciativa.— Sobre este assumpto resolveu a assembleia officiar-se áquella commissão comunicando a nossa adherencia, sendo, por proposta do digno socio sr. Costa Campos, nomeados delegados ao congresso os nossos dois prestimosos consocios Rosendo Carvalheira e Victor Ribeiro.

Finda a leitura do expediente, tomou a palavra o sr. presidente da assembleia que a esta comunicou a demissão do sr. Conselheiro Augusto José da Cunha do logar que distintamente exercera na presidencia desta associação. Sua Ex.<sup>a</sup> acrescenta que sabendo do caso logo procurou officiosamente aquelle senhor no intuito de o demover

do seu proposito, mas que não o conseguira visto aquelle senhor insistir na demissão, alegando a sua falta de saúde, desgostos que ultimamente tem sofrido e outros motivos sobremodo respeitáveis.

Continua porém a ser socio com o maior prazer e honra e é com saudades, declarou sua Ex.<sup>a</sup>, que deixa a presidencia da nossa associação onde tantas vezes se viu reeleito, provas estas de consideração e estima que não esquecerá.

O sr. Carvalheira continua dizendo que lhe parecera ser um dever de delicadeza não insistir mais e assim definido o terreno temos de tratar de preencher esta vacatura, o que é sempre no seu entender um caso grave na vida associativa. Para este logar, diz sua Ex.<sup>a</sup>, precisamos de uma egide que nos salvaguarde e que se imponha; alguém que reunindo a um largo cadastro de serviços o prestigio pessoal da idade e da respeitabilidade, possua assim todas as multiplas condições precisas para, com o consentimento maximo da assembleia, occupar o logar que se acha vago — (apoiados).

Precisamos entrar n'uma fase pacifica e trabalhadora e por isso, diz sua Ex.<sup>a</sup>, esta eleição deve ser um facto ponderado. Um nome accudiu a muitos numa reunião preparatoria que aqui tivemos, meramente particular e é esse nome o do sr. Conselheiro Adolfo Ferreira Loureiro no qual se nos afigurou estarem reunidas todas as qualidades precisas para este logar (apoiados).

Sua Ex.<sup>a</sup> depois, propõe que a eleição seja por aclamação e a seguir a assembleia proclama unanimemente o sr. Conselheiro Adolfo Ferreira Loureiro Presidente da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes!

Seguidamente estabelece-se viva discussão na Assembleia ácerca dos documentos e proposta enviados pelo digno socio Mr. Elviro dos Santos, sendo por fim resolvido unanimemente tomar conhecimento do officio e da proposta do mesmo senhor, como simples assumpto de expediente não ponderando as considerações feitas por sua Ex.<sup>a</sup>.

Ultimado este incidente pede a palavra o sr. Victor Ribeiro que lembra que a these a tratar para o congresso nacional, para que foi nomeado como delegado, constitua uma these de sessão, no que é secundado pelo digno presidente da Assembleia, ficando decidido reunir-se uma assembleia geral quando for oportuno, sómente para apreciação dessa these.

A seguir o sr. Presidente propõe como acto de piedade e humanidade e de confraternidade com a Italia, um voto de profundo sentimento pela catastrophe que assolou o sul deste paiz, onde os monumentos e as tradições archeologicas sofreram um cruel revez, e mais que dessa decisão se dê conhecimento enviando conjuntamente as nossas condolencias ao representante dessa côrte em Lisbôa.

Este voto de sentimento foi unanimemente aprovado pela assembleia, ficando tambem resolvido que se procurará nos limites dos nossos recursos concorrer para a subscripção que se está promovendo, conforme a proposta do digno socio sr. dr. Arthur Lamas.

Seguidamente pediu a palavra o sr. Ganhado que declara usar della para assumpto de certa importancia qual é a observação por sua Ex.<sup>a</sup> feita dos vandalismos constantemente perpetrados nas differentes inscripções muraes que existem em Lisboa— Não ha nenhuma postura, diz sua Ex.<sup>a</sup>, que prohiba o taparem-se esses letreiros, como aconteceu e é este o facto mais recente, com o grafico, que a Camara Municipal mandou apôr junto da grande inscripção do passo da Moiraria, e que actualmente está encoberto com o toldo de uma farmacia.

O Sr. Ganhado continuando no uso da palavra diz ter falado com o sr. Monteiro, architecto da Camara e dessa conversação resultou para elle, orador, o convencimento de que se não pôdem obrigar, por não haver posturas municipaes a deixar visiveis as inscripções, accrescentando que lhe parecia conveniente que esta associação, por qualquer meio, diligenciasse cortar a continuuação desses abusos que dia a dia vão crescendo a ponto de já não existirem senão duas das inscripções mandadas gravar para divisão da parte occidental e da parte oriental de Lisbôa.

Em seguida tomou a palavra o sr. Presidente que aplaudiu as palavras do sr. Ganhado, ficando resolvido entender-se sua Ex.<sup>a</sup> officiosamente com o sr. Braamcamp Freire, digno vice-presidente do Municipio, que é um archeologo distincto, no sentido de evitar a perpetração desses vandalismos.

Aproveitando estar no uso da palavra, o sr. Presidente faz tambem notar á Assembleia o estado de abandono a que estão votados alguns dos monumentos publicos, onde se não vêem, como antigamente a sentinella que os vigiava e cita, como exemplo, o que succede com a estatua de Camões e com a memoria do Terreiro do Paço abandonada

das aos garotos e vadios que pejam de detritos e deterioram as cantarias daquelles monumentos. Sobre este assumpto resolveu a assembleia officiar á Commissão dos monumentos nacionaes para os devidos efeitos.

Seguidamente o sr. Presidente dá conta á assembleia das diligencias empregadas pela mesa no cumprimento das decisões da assembleia passada com referencia ao congresso do Cairo, communicando ter-se já feito ao sr. Pereira e Cunha o convite para nos representar e aguardando-se por isso a sua resposta para communicar á Direcção Geral de Instrucção Publica, onde officiosamente, diz sua Ex.<sup>a</sup>, está explicada a demora havida na communicação.

Pede depois a palavra o sr. Silva Leal que elogia a fórma como o sr. Presidente dirigiu os trabalhos da sessão e oferece á Bibliotheca, enviando-o para a mesa, um seu opusculo intitulado «Um verso dos *Lusiadas*».

O sr. Presidente agradece as palavras amaveis do sr. Silva Leal e propõe um voto de agradecimento pela oferta que este senhor acabára de fazer e que deve ser por certo mais uma prova dos seus meritos e provada competencia.

Continuando no uso da palavra o mesmo senhor torna a frisar, tocando no assumpto da solicitação do subsidio ao governo, que é legitimo e justo o nosso pedido e que se o fizermos não perderemos com isso a nossa independencia que deve ser absoluta. Faz o elogio do fundador da associação que poz em pratica as theorias expostas por Garrett e Herculano no «Panorama» e diz que uma colectividade que com os recursos proprios tem mais de quarenta annos de vida gloriosa, não irá tornar-se dependente solicitando um auxilio que é justissimo e que de mais a mais tem precedentes que o justificam.

Em seguida o sr. Julio A. Ferreira propõe um voto de louvor ao sr. Carvalheira pelo modo como dirigiu os trabalhos da sessão e que é aprovado por unanimidade e depois o sr. Costa Campos diz penitenciar-se das suas forçadas ausencias ás assembleias desta associação, e declarando comtudo estar sempre em espirito com os seus dignos consocios.

Ultimado este assumpto ainda o sr. Dr. Arthur Lamas inquire da mēsa se será possivel o aproveitamento do mostruario que contém os sellos para a exposição da coleção de moedas recebidas do Brazil, resolvendo a assembleia dar plenos poderes a este senhor para orde-

nar o que mais conveniente lhe parecesse sobre o assumpto e autorizando-o conjunctamente a fazer as despesas necessarias com a installação.

Não havendo mais assumptos a tratar foi encerrada a sessão ás 11 horas da noite.

O Secretario

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA.

---

ACTA N.º 37

Sessão de Assembleia Geral de 4 de Fevereiro de 1909.

Presidente— Conselheiro Adolfo Loureiro.

Secretario— Gustavo de Matos Sequeira.

Vice-Secretario— Victor Ribeiro.

Foi aberta a sessão ás 8 horas e meia da noite estando presentes, alem da mesa, os dignos socios srs. Rosendo Carnevalheira, Ernesto da Silva, Adães Bermudes, Brito Aranha, José Alexandre Soares, D. José Pessanha, Soares O'Sulivand, Julio A. Ferreira, Dr. Arthur Lamas, Gabriel Pereira, Silva Leal, Mêna Junior, J. Rodrigues Fernandes, Jordão de Freitas, Dr. Leite de Vasconcellos, J. V. Mendes Guerreiro, José Queiroz e Eduardo A. da Rocha Dias e tomando a palavra o sr. vice-presidente, Rosendo Carnevalheira, propoz á Assembleia um voto de congratulação pela escolha feita da pessoa do sr. conselheiro Adolfo Loureiro para o logar de presidente desta Associação. O sr. Carnevalheira faz, em seguida, o elogio de sua Ex.<sup>a</sup>; enaltecendo o seu civismo e o seu character; lembrando a sua longa lista de serviços e a sua vida laboriosa e declara ir entregar, com muito prazer, a cadeira presidencial que vai ser honrada por sua Ex.<sup>a</sup>.

O sr. Conselheiro Loureiro ocupa a presidencia no meio de uma prolongada e vibrante salva de palmas e toma em seguida a palavra pedindo á assembleia para lhe apresentar as expressões do seu mais

sincero agradecimento pela sua eleição para o honroso cargo de presidente e pela maneira como amavelmente o fizeram. Está, por isso, imensamente reconhecido, o que não o impede de reccar não corresponder á confiança que nelle, orador, depositaram. Esta associação, continua sua Ex.<sup>a</sup>, conta largos annos de serviços e tem mantido estreitas relações no estrangeiro, onde é largamente conhecida e respeitada, para o que muito tem concorrido a competencia dos seus presidentes, desde o iluste fundador até o sr. Conselheiro Augusto José da Cunha, distincto matematico, erudito homem de sciencia e bondosissimo coração. Agora mesmo vindo substituir, no interegno havido, o sr. Carvalheira que era, segundo o seu modo de ver, o presidente naturalmente indicado, tem em confronto o seu acerto de proceder, a sua intelligencia e o alto conceito em que é tido. Não o entendeu assim a assembleia que escolheu o nome delle, orador, e levando ainda a sua gentileza a ponto de o votar por aclamação.— Sua Ex.<sup>a</sup> declara, em seguida, ser um simples curioso em archeologia e que lhe faltam para o bom desempenho deste logar requisitos e qualidades indispensaveis, para o que tambem muito concorre a sua idade e o seu estado de saude. Apella, por isso, para todos, e pede que, colectivamente e individualmente, o auxiliem.

Somente crente neste auxilio se atreveu a aceitar tão honroso cargo.

Continuando no uso da palavra, sua Ex.<sup>a</sup> declara á assembleia que, como amator e curioso de archeologia, durante 54 annos de serviço publico, tem tido occasião de manifestar esse gosto que já herdara de seu pae. Percorreu em serviço do estado, muitas terras do pais e teve occasião de encontrar muitos objectos archeologicos e de observar vestigios das antigas civilizações que permaneceram na peninsula Iberica. Das estradas romanas do itinerario de Antonino teem-se encontrado vestigios amiude. Ignoram-se ainda hoje os seus traçados que, com um methodico estudo, se poderiam marcar em muitos pontos. Quando se fizeram os estudos para o projecto do edificio dos Correios, onde hoje está a Assistencia Nacional aos Tuberculosos, acharam-se tambem vestigios de edificações anteriores ao terremoto de 1755, que lhe foram gentilmente dados pelo sr. Rosendo Carvalheira os quaes lhe foram muito uteis para definir a linha marginal da cidade. Nos trabalhos de campo, continua o orador, costumei sempre tomar nota de todos os dados historicos interessantes, nos cadernos

de nivelamento e planta. Por exemplo, na estrada da Figueira a Montemór, procedendo a excavações em S.<sup>ta</sup> Olaia e Farrestêllo, acharam-se inumeros objectos desde a idade da pedra polida até o periodo romano, taes como facas de pedra, dentes de javali furados para adorno, pontas de veado, enfeites de bronze, alfinetes, aneis e objectos de ceramica. Desse achado resultou uma noticia com plantas e cortes, que enviou, diz sua Ex.<sup>a</sup>, para a secção geologica. Carlos Ribeiro foi visitar as excavações, mas não chegou a fazer ali pesquisas. Mais tarde elle, orador, influiu com Santos Rocha para ali fazer novas explorações que lograram bom resultado pois vieram a descobrir-se em S.<sup>ta</sup> Olaia restos de povoações de diversas idades, e em Farrestêllo uma necropole romana muito importante.

Em Coimbra, ha trinta annos, juntamente com Miguel Osorio de Castro, Aires de Campos, Augusto Filipe Simões e Simões de Castro, fundou uma secção de archeologia no Instituto, que tem hoje um verdadeiro museu cheio de preciosidades, devido aos intelligentes esforços de Antonio Gonçalves, Joaquim Martins de Carvalho e de outros, para onde enviei, diz sua Ex.<sup>a</sup>, entre outros objectos, umas armas do tempo de D. Manuel, um lindo capitel de marmore branco que devia ter pertencido a uma edificação arabe e fragmentos de ornatos de estuque achados no castello de Montemór. Tambem para o museu da Sé de Coimbra concorreu um pouco e foi elle orador quem fez o projecto da primeira casa forte, á prova de fogo, para guarda do inestimavel tesouro. Nessa mesma cidade teve identicamente occasião de prestar alguns serviços á archeologia, andando a estudar a elevação do valle do Mondego e do leito do rio. Ignorava-se qual era o alteamento médio do rio e campos adjacentes e Coimbra era a cidade mais azada para esse estudo. A sua ponte, que diziam ser a terceira construida, e a proposito de cuja altura se referiam inumeras lendas, dava margem a esses estudos. No seculo XIV, assediado pelas continuas cheias, foi abandonado convento de Sant'Anna, que se julga ter sido situado n'uma ilhota do Mondego, e o convento de S. Francisco, ao pé do chamado Ó da Ponte, a juzante da cidade. O convento de S. Domingos, de que o orador ainda conheceu uma parte da torre, o bairro de S. Cucufate e a capella de S.<sup>ta</sup> Margarida dasapareceram tambem. Da igreja do antigo convento de S.<sup>ta</sup> Clara, apenas se via a ogiva da fachada principal, e outra ogiva mais pequena que dava do côro para o claustro. O convento fôra abandonado por insalubre e as frei-

ras tiveram de sair, mandando então el-rei D. Manuel construir uma abobada que cobriu o primitivo pavimento só utilisavel, como cave, nos menses de verão.

Organisou-se, para estudar o nivel das cheias, uma expedição de, que fez parte, elle orador, a qual teve de se utilizar de um barco entrando pela ogiva a descoberto. Atravez da agua limpida divisava-se o primitivo pavimento da igreja, os ornamentos dos altares etc. Dessa interessante viagem fez-se uma noticia, que saiu publicada em 1875, tendo-se observado que era de 2,<sup>m</sup>55 a altura da agua sobre o pavimento do templo.

Sua Ex.<sup>a</sup> ao relatar estes factos, que vieram a pello como lembrança do seu gosto pela archeologia, sente não poder agora, pela sua idade, contribuir quanto desejava para o engrandecimento da Associação.

Por estes motivos é que mais uma vez solicita a coadjuvação de todos, na qual espera e confia.

Sua Ex.<sup>a</sup> antes de terminar, pede licença para apresentar ao sr. Carvalheira, vice-presidente desta associação, um agradecimento especial, por tudo quanto imerecidamente disse e fez a seu respeito, e mais uma vez apella para a sua essencial coadjuvação. Com os seus limitados serviços pode contar a Associação, concluiu o orador, sendo muito aplaudido pela assistencia.

Seguidamente, pediu a palavra, para antes da acta, o sr. Carvalheira e sendo-lhe concedida declarou tê-la solicitado para, mais uma vez, frisar a concordancia, havida na Assembleia, para a eleição do seu presidente, concordancia de que resultou a aclamação. V. Ex.<sup>a</sup>, diz o orador dirigindo-se ao sr. Presidente, nada tem que nos agradecer; a maior honra é nossa e os melhores agradecimentos devemos-los a V. Ex.<sup>a</sup>.

Tem conhecimento, continua o orador, que muitos dos nossos socios sentiram, não poder vir a esta sessão. Aproveitando o uso da palavra faz sua Ex.<sup>a</sup> referencia a um facto significativo e honroso para todos, tal é a presença do sr. Brito Aranha nesta assembleia, cuja longa vida de trabalho prestimoso e honrado nos ilustra a todos.

Essa presença não a pode pois ver como uma circumstancia passageira da vida associativa e por isso pede e propõe um voto de congratulação.

O sr. Brito Aranha, visivelmente comovido, pede a palavra e declara não ter vindo preparado para tão penhorante manifestação. Cum-

pre-lhe, porem agradece-la e não o faz de outra fórma por lhe ser impossivel. Quiz assistir a esta assembleia, pela muita consideração que o sr. Conselheiro Loureiro lhe merece. Assistiu, com Possidonio da Silva, á fundação desta Associação, tem-lhe amor e tem-a acompanhado sempre. Presta homenagem ás qualidades do novo presidente e termina no meio dos aplausos da assembleia.

O sr. Presidente, congratula-se tambem pela veneranda presença do sr. Brito Aranha e agradece as suas palavras amaveis e em seguida a assembleia aprova por aclamação o voto proposto pelo sr. Carvalheira.

Seguidamente pediu a palavra o sr. Victor Ribeiro que declarou ter a eleição do novo presidente satisfeito o seu espirito em absoluto.

Cumpre-lhe ainda comunicar á assembleia que o digno socio sr. Dr. Sousa Viterbo, sabendo da eleição, desejava associar-se a todas as manifestações de homenagem e de aplauso que se fizessem ao novo Presidente. Se aqui não se fez representar, culpa é talvez delle, orador, que, por falta de tempo o não preveniu.

Pede tambem a palavra o sr. Rocha Dias, para identico fim, declarando que o sr. Visconde da Torre da Murta não compareceu por lh'o não permitir o seu estado de saude, mas que lhe pediu para declarar que se associava incondicionalmente a todas as manifestações de aplauso e congratulação á pessoa do sr. Presidente.

Passa-se em seguida á leitura de um officio da Veneravel Ordem Terceira de S. Francisco, oferecendo para o museu dois brazões de armas que pertenceram ao seu extincto convento de S. Francisco da Cidade e que se acham depositados no hospital da referida ordem. A assembleia, em vista da informação do Conselho Facultativo, resolveu, por unanimidade, aceitar tão valiosa oferta e agradece-la devidamente, ficando encarregado o signatario desta de proceder ás diligencias necessarias para a remoção.

Seguidamente passou-se á votação para socio efectivo do sr. Eduardo Freire de Oliveira, dignissimo archivista da Camara Municipal de Lisboa e ilustradissimo escritor e não sendo acceita pela assembleia, que achou não dever alterar as praxes estabelecidas, como principio, a eleição por aclamação, proposta pelo digno socio sr. J. A. Ferreira, passou-se á prova das esferas que deu 21 esferas brancas e na

contraprova 21 esferas pretas, sendo portanto eleito, o mesmo senhor, socio efectivo desta Real Associação por unanimidade.

Ultimado o expediente, o digno socio sr. Dr. Leite de Vasconcellos ofereceu á mesa o 2.º volume da sua obra «Religiões da Lusitania», findo o que o sr. Presidente enalteceu, agradecendo a oferta, os meritos desse trabalho e a conhecida actividade, zelo e competencia deste nosso consocio.

O signatario desta seguidamente communicou á assembleia não ter ainda sido respondido o officio dirigido ao Conselho Superior dos Monumentos Nacionaes, sobre a urgente necessidade de se obstar aos actos de vandalismo praticados nos monumentos publicos, ao que o digno socio sr. Gabriel Pereira redargue não ser tal vigilancia da competencia daquelle Conselho Superior que não pode fazer, nesse sentido, senão recomendar o facto ao sr. Governador Civil, ficando, por decisão da assembleia, o sr. Presidente encarregado de tratar officiosamente tal assumpto com os srs. Governador Civil e Presidente da Camara Municipal, a ver se é possível pôr termo a taes abusos.

Pede depois a palavra o sr. Jordão de Freitas que agradece á Associação a honra com que o distinguiu, elegendo-o socio, e declara envidar todos os esforços para de alguma maneira, no limite do seu prestimo, poder corresponder a essa honra.

O digno socio sr. Bermudes, pedindo a palavra, expõe á assembleia a agradavel impressão que teve quando, na primeira vez que visitou a villa de Murça no districto de Villa Real, se lhe deparou a antiquissima esculptura conhecida pelo nome de *Porca de Murça*. Esse curiosissimo monumento que estava destinado para usos politicos pela população da villa, que o pintava de vermelho ou de azul conforme o partido que estava no poder, foi ultimamente colocado sobre um pedestal e defendido das paixões politicas por uma grade de ferro, tudo feito a expensas de dois cavalheiros de Murça, os srs. Antonio Alves Medeiros e Francisco Rodrigues de Oliveira. Sua Ex.<sup>a</sup> oferece, em seguida, á associação uma photographia do monumento tal como se encontra depois dos citados melhoramentos.

Sua Ex.<sup>a</sup> o sr. Presidente agradece ao sr. Adães Bermudes a interessante oferta que é apreciadissima pela assembleia e seguidamente o sr. Dr. Leite de Vasconcellos declara ter ouvido com prazer as palavras do sr. Bermudes e comunica á assembleia que tal assumpto é

estudado no livro que ha pouco acabou de oferecer, e cujos trechos, relativos a essa antiga escultura, são lidos por sua Ex.<sup>a</sup> que, a seguir cita outros monumentos da mesma especie existentes nos districtos de Villa Real e Bragança. Em Hespanha continua o mesmo orador, ha grande quantidade destas esculpturas funerarias que era costume collocar sobre os tumulos dos povos anteriores á época romana.

Seguidamente a assembleia resolveu que a mêsda da Assembleia Geral fôsse ao paço solicitar de Sua Magestade a honra da presidencia honoraria desta Associação, ficando o digno socio sr. Ernesto da Silva encarregado de obter de Sua Magestade a marcação da hora e do dia em que tal comissão podia ser recebida.

Pede depois a palavra o sr. Rosendo Carvalheira que faz a communicação de estar trabalhando com o consocio V. Ribeiro na elaboração das bases para uma tése que tencionam apresentar ao Congresso Nacional e que mal ellas estejam concluidas, virão discuti-las n'uma Assembleia Geral, expressamente convocada para esse fim.

Ultimado este assumpto o digno socio sr. Silva Leal, pedindo a palavra, manifesta ao sr. Presidente a intima satisfação que sente pela sua eleição em todo o ponto justa e merecida, e o signatario desta propõe se lavre na acta um voto de louvor ao sr. Silva Leal pelo desinteressado zelo com que procedeu á collocação e disposição das fotografias, expostas agora, na sala da bibliotheca da Associação.

E não havendo mais assumptos a tratar foi encerrada a sessão ás 11 horas e 10 minutos da noite.

O Secretario

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA.

